

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 3.ª Sessão Ordinária Realizada em 5 de Abril de 1972 — (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antonio Belinati, Antonio Lopes Júnior, Antonio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silverio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Cândido Martins de Oliveira, Paulo Poli e Wilson Brandão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 6108-71, do Senhor Deputado Jacob Pedro Carolo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, comunicando que em complementação a trabalhos realizados pelo Senhor Deputado Marco Antônio Castello Branco, aprovado por aquela Casa, solicitando colaboração deste Legislativo, no sentido de que seja tornada realidade nacional a criação do Instituto de Defesa do Consumidor. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Vátel Gonçalves Pereira, Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, comunicando haver reassumido em 31 do mês de janeiro do corrente ano, o exercício do seu cargo. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n.º 700-71, do Senhor Alcacyr Munhoz Mader, Reitor da Universidade Federal do Paraná, encaminhando cópia de informação, em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Wilson Brandão. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Do Senhor Hamilton de Oliveira Castro, Chefe do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, comunicando que, conforme Decreto Governamental n.º 1.200, de 30.12.71, foi designado para assumir aquela função. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n.º 1001-71 do Senhor Ronald Accioly Rodrigues da Costa, comunicando haver assumido o exercício do cargo de Procurador Geral do Estado, em data de 10 de dezembro do ano próximo findo. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n.º 43-71, do Senhor Dr. Ivan B. Fontoura, comunicando haver assumido em data de 10 de dezembro do ano próximo findo, o cargo de Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n.º 820-71, do Senhor Mário Faraco, comunicando haver assumido o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n.º 1149-71, do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prestando informações a requerimento do Senhor Domicio Scaramella. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Sob o n.º 939, do Senhor Eddie Santos Ribas, comunicando haver assumido o cargo de Procurador Geral da Justiça do Estado. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n.º 04, do Senhor Pedro Fávoro Cavalin, Presidente da Aliança Renovadora Nacional do Diretório da Lapa, comunicando haver sido realizada a eleição da Comissão Executiva, de conformidade com o disposto no Ato Complementar n.º 54, em seu artigo 32. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 669-71, do Senhor Contra-Almirante Edgar Pereira de Beaulclair, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, acusando o recebimento e agradecendo o requerimento de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, consubstanciado em voto de congratulações. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Do Senhor Dr. João Adirson Ramos, Presidente da Aliança Renovadora Nacional de Andará, informando a eleição da Comissão Executiva. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 899-71, do Senhor Ives Assis Chevalier, Superintendente da PARANATUR, encaminhando cópia de Relatório das Atividades de 1971. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 77-72 do Senhor Hiran Rolim Lamas, Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, comunicando haver assumido aquele cargo, por ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n.º 10-72, do Senhor Ludovico Valle, Vice-Prefeito de Quatiguá, comunicando sua investidura à frente do Executivo daquela comuna, em consequência do pedido de licença, do Senhor Acir V. Kyt, Prefeito Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Do Senhor Mário Stamm, Deputado Federal, prestando informações a requerimento do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Sob o n.º 1138-71, do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prestando esclarecimentos a requerimento do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Sob o n.º 120, do Senhor Antero da Silveira, comunicando haver, em data de 17 de dezembro do ano findo, assumido o cargo de Corregedor do Ministério Público. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

— Sob o n.º 1200-71, do Senhor Eng. Osires Stenghel Guimarães, comunicando haver assumido o exercício do cargo de Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Noticiário do Exército, Aviso 6-GB, de 6 de março de 1972, referente ao 8.º Aniversário da Revolução Democrática de 1964. — Ao conhecimento da Casa.

REPUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 115-70.

— De autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 115-70.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, na forma regimental, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Leonilda Alice Thá, ocorrido ontem, em Curitiba.

A extinta, de tradicional família paranaense, era casada com o industrial e esportista Orestes Thá, deixando os filhos Hamilton, Rosi e Rubens.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlucciada da decisão adotada pela Casa.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

a) Mauricio Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Leonilda Alice Thá esposa do Senhor Orestes Thá, patrono do E. C. Pinheiros.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa, de-se ciência à família enlutada, à Av. Iguazu, 2.140.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

a) **Erondy Silvério.**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições após ouvido o plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso, no dia 29 de março findo, o 27.º aniversário de fundação de Curitiba.

A nossa bela Capital teve seu marco inicial no dia 29 de março de 1693, quando a povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais era elevada à condição de Vila, por ato do Capitão povoador Mateus Leme, que atendeu ao pedido da pequena coletividade. Em 05 de fevereiro de 1842, transformava-se a vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais na cidade que foi denominada de Curitiba. Mais tarde, em 1854, passou a ser a Capital do Estado do Paraná.

Desde então o progresso vertiginoso tem sido uma constante, despontando Curitiba entre as cidades que mais crescem no País, graças ao espírito de trabalho de seus moradores e os subsequentes administradores que sabiamente a têm impulsionado.

Povo bom, hospitaleiro e culto, o curitibano tem recepcionado com sua simpatia e sorriso franco a todos os que aqui chegam, para conhecê-la, ou para aqui fazerem morada.

Cidade universitária e do mais alto gabarito cultural e material, Curitiba é considerada a Coimbra brasileira e uma das mais altas em rend "per-capita", estando porisso alinhada entre as grandes metrópoles, que oferecem grandes possibilidades futuras. Assim, como representante de grande parcela do povo curitibano, não poderia deixar de traduzir minha satisfação pelo auspicioso acontecimento.

Requero, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Dr. Jayme Lerner e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1972.

a) **Luiz Losso.**

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao Doutor Benedito Felipe Rauhen, pela sua recente promoção para o último grau da carreira do Ministério Público da União e também pelo destacado cargo que vem ocupando há mais de um ano, como assessor jurídico do Gabinete do Ministério da Justiça.

Suas múltiplas e importantes atuações demonstram uma carreira pontilhada de brilhantismo, colocando-se sempre em posição de destaque e, sobretudo, altamente significativa para os interesses do País.

Tanto assim, que marcou sua presença no mundo jurídico como advogado militante; publicou coletâneas de trabalhos jurídicos, literários e religiosos e outros inúmeros artigos do mesmo gênero em jornais e revistas do Estado do Paraná, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul.

Homem público de grande envergadura, exemplo vivo de dedicação e inteligência, sempre enaltecido pela sua probidade e honestidade em suas diversas funções é, portanto, merecedor de real distinção.

Solicita, outrossim, uma vez aprovado, seja dado integral conhecimento do mesmo, por ofício, ao homenageado.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

a) **Domício Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Senhor Ministro dos Transportes, cel. Mário Andreazza, no sentido de que seja dado prosseguimento ao ramal da estrada de ferro de Guarapuava a Foz do Iguaçu, com prioridade de urgência ao trecho até Cascavel.

Ao propormos esta medida, temos em vista as razões de ordem econômica impostas pelo elevado índice de produção da região e de sua potencialidade ainda inexplorada, bem como as de caráter estratégico que se evidenciou pela proximidade das fronteiras de dois Países amigos: Paraguai e Argentina.

A construção dessa ferrovia é aspiração da população desta área, e também do mais alto interesse do Paraná.

As condições materiais da região, o espírito empreendedor de seu povo, levará essa área do Paraná, em curto espaço de tempo, a um dos mais elevados índices de desenvolvimento, o que justifica a obra que ora, como representante da região nesta Assembleia, vimos propor.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

a) **Nivaldo Krüger**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, considerando:

a) — a disposição do art. 33, § 3.º, da Lei n.º 5.540 de 18-11-68, que extinguiu a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do País e que, a partir da promulgação do Decreto-Lei n.º 464, de 11-2-69, consoante disposto no art. 10, "os cargos de professor catedrático transformam-se, para todos os efeitos, inclusive denominação, nos que correspondem ao nível final da carreira docente, em cada sistema de ensino";

b) — ainda, que o Estado, em atendimento desse dispositivo legal, transformou a denominação de catedrático para professor titular, porém nivelando-se em tres níveis, a saber: 28, 29 e 30, quando anteriormente se constituía em um único nível, ou seja, o SM-4;

c) — ademais, que o Estado, ao fazer a reavaliação dos cargos, nivelou o professor titular por baixo, isto é, no nível 28, quando deveria enquadrá-lo no nível 30, que é, obviamente, o final da carreira, consoante determina taxativamente o supracitado Decreto-Lei Federal;

d) — finalmente, que o atual Quadro do Magistério Superior do Estado, por força de Lei Estadual é de Extinção, não havendo, dest'arte, quaisquer possibilidades de acesso de nível, a não ser pelo critério de antiguidade ou por merecimento;

Requer a Vossa Excelência que determine o encaminhamento de sugestões

aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se dignem mandar elevar o padrão dos atuais professores titulares ao nível 30, pelas razões acima expostas, bem como da diferença de nível a partir da vigência da Lei n.º 5.978, da Reavaliação dos Cargos de 31-7-1969, época que também começou a vigorar o novo Quadro Próprio do Magistério, por ser esta a melhor forma de direito e de inteira justiça.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

a) **Alvaro Dias.**

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nr. 6/72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Educação e Cultura Espirita do Paraná, com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1972.

(a) **Lázaro Dumont**

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos declarar de utilidade pública a Fundação de Educação e Cultura Espirita do Paraná, com sede nesta Capital, à Rua Brigadeiro Franco, nr. 3.531.

Essa entidade tem por finalidade promover a obtenção de recursos necessários à edificação e manutenção dos estabelecimentos de ensino de nível superior sob a inspiração de uma filosofia espiritista para, mediante agrupamento, na forma da lei, constituir a Universidade Regional Espirita "Paraná-Santa Catarina".

Os requisitos exigidos pela lei para a aprovação deste Projeto estão plenamente cumpridos, conforme se constata pela documentação inclusa.

Projeto de Lei nr. 7/72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Secretaria de Agricultura concederá subvenções destinadas às atividades agropecuárias, às associações sem fins lucrativos que se proponham a executar planos e projetos que visem a redução dos custos de produção e ao aumento de produtividade.

§ único — Os planos e projetos para as finalidades desta Lei, deverão ser recomendados ou aprovados pelos órgãos técnicos oficiais, ou oficializados.

Art. 2.º — As subvenções a que se refere a presente Lei, terão por objetivo atender às seguintes despesas:

1 — até 100% (cem por cento) dos juros que incidirem sobre os financiamentos feitos;

a — para a aquisição de reprodutores, sementes, mudas, fertilizantes químicos, corretivos do solo e demais fatores de produção;

b — para a importação de reprodutores bovinos, ovinos e suínos, feita ao exterior, com a intervenção do Governo Estadual;

c — para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas destinados ao patrimônio das associações agropecuárias (tratores e implementos, colheadeiras, trilhadeiras, retro-escavadeiras, entaipas, pulverizadores, polvilhadeiras, equipamentos de irrigação, etc.);

2 — até 100% (cem por cento) dos juros que incidirem sobre financiamentos de mudas de árvores frutíferas de clima temperado, no período de carência.

3 — Frete relativo ao transporte de fertilizantes químicos e corretivos adquiridos no País, até o máximo de Cr\$. por tonelada/quilômetro, a especificar;

a — em condições idênticas de preço e qualidade do calcário ou fertilizante de procedência interestadual, será dada preferência ao produto paranaense;

b — o preço da tonelada/quilômetro será corrigido sempre que houver majoração nos fatores de custo que o determinam;

c — os produtos adquiridos pelas associações, mediante convenio, serão destinados ao uso dos associados;

d) — a venda a terceiros, dos materiais e equipamentos, objeto do convenio, dependerá da autorização da Secretaria da Agricultura, que se reservará no caso, se assim recomendar o interessado público, à repartição das quantias subvencionais.

Art. 3.º — As subvenções ajustadas, poderão ser fornecidas da maneira seguinte:

a — por adiantamento, à vista do plano de aplicação, aprovado pelo técnico supervisor, com prazo de 60 (sessenta) dias, com os documentos originais da despesa;

b — a posterior, a vista dos documentos referidos na alínea anterior.

Art. 4.º — Tanto os convênios como as prestações de contas das entregas de numerário feito, serão submetidos ao exame e julgamento do Tribunal de Contas, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Art. 5.º — Os benefícios previstos no art. 2.º, alínea nr. 1, "B", poderão ser estendidos, excepcionalmente, aos empresários rurais em geral, quando estes forem notoriamente especializados na criação de gado de raça destinada à melhoria dos rebanhos locais e produtores de sementes e mudas.

Art. 6.º — Os recursos orçamentários destinados à execução da presente Lei, serão reunidos em dotação global, à conta da consignação 3.2.20 (Subvenções Econômicas), sob a denominação genérica de Fundo de Estímulo à Produtividade.

Art. 7.º — Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, no corrente exercício, para atender as despesas da presente Lei, consignar, no Orçamento de 1973, em benefício do FEPRO, os recursos destinados à consecução deste Plano de Lei.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

(a) **Nivaldo Krüger** — Deputado Estadual.

JUSTIFICATIVA:

O conceito de que nosso País já não pode mais ser encarado como uma Nação essencialmente agrícola, apesar de o admitirmos, uma observação mais profunda nos mostrará que não estamos muito distante dessa classificação.

As estatísticas, melhor maneira da comprovação de um fato, estão a mostrar que 44% da população do País, labuta no campo. São 44 milhões de bra-

sileiros, quase a metade da população brasileira, que trabalha fora das cidades e que vem crescendo numa média anual de 1,6%.

Um outro dado que achamos importante, parte dos técnicos governamentais que acreditam que a renda nacional poderá ascender na presente década a uma taxa média de 9% ao ano, sendo que a produção agrícola deverá concorrer para isso com um aumento médio anual de 6%.

Entretanto, calcula-se que o êxodo rural no Brasil é de aproximadamente 1 milhão de habitantes anuais. Essa parcela que abandona o campo chega às cidades e, sem especialização adequada, não consegue se empregar, passando a exercer atividades de baixa produtividade.

O setor urbano não tem conseguido resolver o problema de novos empregos, ao menos a curto prazo, e a solução parece ser impossível. Assim sendo a tão decantada "Fixação do Homem no Campo" e todas as metas e diretrizes que norteiam esta medida devem ganhar sentido prático.

É ponto pacífico e todos os estudos estão a demonstrar que a medida que melhorarem as condições de trabalho e de vida no campo, diminuirá, evidentemente, o fator determinante do êxodo rural.

Afirma a Fundação Getúlio Vargas que a economia nacional teve excepcional desempenho no ano que passou. A atividade industrial registrou resultados superiores aos dois últimos anos.

No entanto, a agricultura continua a ser o setor débil de nossa economia, contribuindo, como diz João Pinheiro Neto, na revista Mundo Econômico, "para diminuir as esperanças de um progresso homogêneo, maduro e estável". Continua deplorável o panorama rural brasileiro. Enquanto o salário médio no meio rural evoluiu 135% desde 1966 até meados do ano passado, o preço dos arrendamentos ascenderam a 184%. O aluguel de terras no Paraná duplicou exatamente esta cifra, chegando a 368%.

A própria Fundação Getúlio Vargas chama a atenção para o fato de que o trabalhador rural sempre vê piorar a sua situação nas épocas ruins e não se beneficia quando a situação se torna favorável.

Economicamente e importante analisarmos que da produção agrícola total, as lavouras participaram com 64%, a produção animal com 32% e a extrativa vegetal com 4% em 1968.

A produção da lavoura e a extração vegetal, historicamente, vêm diminuindo suas participações, cedendo lugar à "produção animal e derivados".

Em 1950, responderam por 71% da produção geral, a extrativa vegetal por 7% e a "animal e derivados" por 22%. Já em 1960 a primeira perdia 5% de sua produção enquanto que a última subia para 28% da produção total.

Esses dados servem de base para o ponto a que desejamos chegar: A da necessidade urgente de medidas objetivando o estímulo à produtividade agropecuária.

É necessário equidistar as técnicas de produção primeiramente: As destinadas a aumentar a produção por trabalhador e as destinadas a aumentar a produção por hectare de terra cultivada.

Não podemos, entretanto, medir o nível tecnológico do setor agrícola, somente pela utilização de maquinário e seus implementos.

O uso de produtos químicos (adubos, inseticidas e correlatos) é também fundamental para a melhoria do setor, apresentando a vantagem de não serem compatíveis com a necessidade de aproveitamento da mão-de-obra rural.

Confrontando nossa agricultura com outros países, notamos que nossa situação está bem longínqua do ideal. Muito pouco fertilizante por hectares usamos por terra arada. Observamos que num decênio, o consumo de fertilizantes, em termos de nutriente NPK cresceu de 221.352 T/ano em 1959, para 601.711 em 1968, portanto menos de 330 por cento em dez anos.

Entretanto a partir de 1968, cresceu o consumo dos fertilizantes, mas a opinião geral acha que o fato se deveu à instituição do subsídio do uso através do Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL — criado em 14-4-6. e que funciona junto ao Banco Central.

A eficiência desse mecanismo de incentivo já existente e o que estamos a sugerir está na simplicidade e na desburocratização. No caso dos fertilizantes e suplementos minerais o agricultor adquire no local mais próximo, assumindo o compromisso de resgatar sua dívida em até 45 dias após a safra — (em média 120 dias desde a compra até o pagamento).

O fornecedor desconta as duplicatas endossadas pelo comprador no Banco. O Banco Central, responsável pelo fundo, compensa as despesas bancárias do estabelecimento que pagou as duplicatas, podendo ainda redescontar os títulos.

Assim quem adquire os fertilizantes, compra-os pelo preço à vista e paga-os igualmente a prestação, sem juros e outros encargos que são assumidos pelo fundo. Esses encargos representam, em média, 12% sobre o valor da compra e no caso da compra pelo agricultor do mesmo material em financiamento bancário comum, este preço seria acrescido de mais 20 ou 25% sobre o valor total.

Este esboço que apresentamos é semelhante e tem por finalidade reduzir os custos dos principais bens ou fatores de produção utilizados pelos agricultores e criadores sempre que estejam associados a cooperativas agrícolas, pecuárias, sindicatos rurais, associações do campo quer de agricultura quer de criação, sem fins lucrativos, tendo em vista a redução dos custos de produção e o aumento da produtividade.

Este fundo se faz necessário, devido ao alto custo atual dos fatores ou bens de produção, limitando o seu uso e, portanto, reduzindo as possibilidades de se aumentar as safras.

Ele contribuirá para a elevação da produtividade por unidade de área ou animal, condição da mais alta relevância para o nosso Estado, face à qualidade dos solos agrícolas, topografia, estrutura fundiária e regime de propriedades rurais.

Finalmente: a intensificação no uso dos fatores ou bens de produção constantes deste esboço terá imediata repercussão no aumento das safras agropecuárias e, consequentemente, na circulação da maior riqueza da qual se beneficiarão os produtores e o Tesouro do Estado.

CONSUMO DE FERTILIZANTES E ÍNDICE POR HECTARE

País	Ano de Referência	Consumo de NPK (1000T)	Consumo p/Ha arado
Holanda	1963/64	557,1	570
Alemanha Oc.	1963/64	2627,0	312
Japão	1963/64	1842,7	305
Alemanha Or.	1963/64	1113,5	226
Suécia	1963/64	331,6	100
México	1962/63	226,7	95
Israel	1963/64	34,2	84
Peru	1962/63	113,2	63
EE.UU.	1962/63	8721,1	47

Chile	1963/64	89,0	38
Brasil	1962/63	457,6	10

O uso de máquinas caracteriza as técnicas que economizam mão-de-obra. Assim mesmo é preciso distinguir entre o uso de modernas máquinas a tração mecânica e os implementos movidos à tração animal, que caracterizam a transição entre o estágio em que a agricultura dependia apenas do esforço humano e a crescente automatização atual.

Entre 1950 e 60 houve grande incremento no uso de tratores, na ordem de 660%, ao passo que o número de arados nem sequer chegou a dobrar no mesmo período. Em 1950, existiam cerca de 79 arados por trator; em 1960, apenas 16.

Relacionando-se o número de tratores com a área de lavoura, verificamos que houve notável redução na relação área/trator: (2280 hectares em 1950 para 452 em 60), o que significa intensificação no uso de máquinas. No entanto o aumento de arados apenas acompanhou o crescimento da área de lavouras.

Na década de 60, porém, o crescimento dos tratores não se deu no mesmo ritmo, apesar de em 1962 ter-se implantado a indústria nacional para substituir equipamentos de procedência estrangeira.

Isso, em parte, resulta no fato de que em 1950 o número de tratores era muito pequeno.

Observando-se o quadro abaixo, verificamos que o Brasil (do qual nosso Estado faz parte preponderante), está muito distante dos padrões dos países desenvolvidos:

TRATORES POR 1.000 HECTARES DE ÁREA CULTIVADA

País	Ano	Índice
Suíça	1963	156
Nova Zelândia	1963	156
Alemanha Oc.	1964	132
Inglaterra	1963	52
Suécia	1963	51
EE.UU.	1963	25
Itália	1964	25
Israel	1963	23
Argentina	1960	6
U.R.S.S.	1963	6
Venezuela	1961	5
Brasil	1960	2

O elevado número de pessoas na agricultura, (quase metade da população brasileira, e a impossibilidade de transferi-la a curto prazo para outras atividades (não há emprego) faz da modernização da agricultura um problema muito complexo, justificando o estímulo que propusemos neste Plano de Lei do FUNDO DE ESTÍMULO À PRODUTIVIDADE NO PARANÁ.

QUAIS AS FINALIDADES DO FUNDO DE ESTÍMULO À PRODUTIVIDADE

1 — Contribuir para o pagamento das despesas de frete que incidirem sobre o transporte de reprodutores bovinos, suínos, quando importados do exterior;

2 — Contribuir na proporção de até 100% no pagamento dos juros que incidirem sobre os financiamentos feitos em bancos oficiais para a aquisição de máquinas agrícolas, reprodutores, sementes, sempre que, em ordem de prioridade, forem feitos por cooperativas, associações de agricultores e criadores, sem fins lucrativos.

3 — Idem nos financiamentos feitos às cooperativas, associações de agricultores e/ou criadores, sindicatos rurais e empresários particulares nas importações de reprodutores suínos, bovinos e ovinos, feitas no exterior com a intervenção do Governo do Estado.

4 — Pagar, até o limite de 100% os juros que incidirem nos financiamentos para a aquisição de mudas de árvores frutíferas de clima temperado, no período de carência.

5 — Contribuir com até Cr\$. por ton/km de frete, nos transportes de corretivos e fertilizantes químicos, adquiridos no País.

Para efeito de aplicação do FUNDO considerar-se-á como bens ou fatores de produção:

- 1 — Fertilizantes químicos;
- 2 — Corretivos;
- 3 — Máquinas agrícolas para o patrimônio da Cooperativa (tratores e seus implementos, colhedoras, trilhadeiras, retro-escavadeiras, entalpeiras, pulverizadores, polvilhadeiras, equipamentos para irrigação);
- 4 — Mudas de árvores frutíferas de clima temperado.
- 5 — Sementes, quando em programas especiais para a introdução de culturas prioritárias.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Antônio Costa.

O SR. ANTONIO COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fui incumbido de uma missão muito grata, pelo Exmo. Sr. Deputado Cunha Bueno, que solicitou à Presidência desta Casa a designação de um Parlamentar para apresentar a moção no sentido da instalação do Tribunal Federal de Recursos, prevista na Constituição Federal, nos Estados de São Paulo e Pernambuco.

A moção do Deputado Cunha Bueno, é a seguinte:

(A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço de Taquigrafia).

O SR. ANTONIO COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou encaminhando requerimento a esta Casa e solicito a aprovação de todos os Srs. Deputados para o mesmo. (Lê):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, veemente apelo no sentido de que sejam implantados, na forma prevista pelo art. 121, § 1.º da Constituição Federal, os Tribunais Federais de Recursos nos Estados de São Paulo e Pernambuco.

A medida ora solicitada, alvo da atenção de todas as Assembléias Legislativas do País, sob a brilhante e oportuna coordenação do nobre Deputado paulista, Antônio Henrique Cunha Bueno, vem de encontro aos mais legítimos

anseios de justiça do povo brasileiro, ao se considerar a realidade geográfica de nossa Pátria e os inconvenientes proporcionados por um único Tribunal Federal de Recursos, localizado no Distrito Federal.

A Paz e a Justiça são os anseios que norteiam a Vida de todas as Nações. A primeira delas, temos hoje assegurada. Quanto à Justiça, onde haja o homem, em todos os lugares do mundo, faz parte da luta quotidiana, sendo, neste sentido, os Tribunais, entre as conquistas sociais do Homem, uma das mais belas.

sentido de dotar o Judiciário dos meios que se façam necessários para o bom sentido de dotar o Judiciário dos meios que se façam necessários para o bom funcionamento das Instituições Jurídicas, o que, sem dúvida, um País de dimensões continentais, seria enormemente facilitado com a descentralização do mencionado Poder.

Assim sendo, como servidor do Tribunal de Justiça do Paraná, onde teve a honra, por mais de dezessete anos, de prestar serviços, o subscritor do presente vê-se compelido a engrossar fileiras no apelo ora dirigido à Sua Excelência o Sr. Presidente da República, solicitando, outrossim, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Deputado Cunha Bueno, do expediente ora encaminhado.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

(a) Antônio Costa".

Srs. Deputados, este requerimento é para abrigar um antigo desejo da Justiça, desejo de termos, em nossa terra, uma Justiça mais rápida e mais barata, com a implantação do Tribunal Federal de Recursos, como em São Paulo e Pernambuco.

Porque, com a implantação desse Tribunal Federal de Recursos, teremos uma Justiça mais barata, mais regional, mais entrosada com o nosso modo de ver.

Portanto, solicito a aprovação deste requerimento para que possamos conseguir esse intento no sentido da implantação do Tribunal Federal de Recursos, como os já existentes em São Paulo e Pernambuco.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Erondy Silveira, segundo orador inscrito.

O SR. ERONDY SILVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupemos a Tribuna na tarde de hoje, apenas para opor um pequeno reparo à notícia que o Serviço de Divulgação da Assembleia Legislativa distribuiu aos jornais da Capital. E, neste particular, faço um apelo ao Sr. Secretário da Casa, a fim de que tome as medidas necessárias, para que as resoluções políticas, tomadas em conjunto nesta Casa, não sejam distorcidas pelo noticiário, não digo tendencioso, mas um noticiário que não corresponde à realidade dos fatos.

Refiro-me à nota publicada na imprensa de hoje, seção política, com respeito ao resultado da reunião que realizou, ontem, a Bancada da ARENA na Assembleia Legislativa. Convocada que foi pelo Líder nobre Deputado João Mansur, para que se debatesse a questão da eleição do novo líder da ARENA nesta Casa, desde que fora confirmado pelo Governador Parigot de Souza, o nome do deputado João Mansur para Líder do Governo do Estado, achava uma grande maioria dos Deputados da ARENA que para valorização do Poder Legislativo, para que a Bancada da ARENA pudesse levar aos poderes constituídos as reivindicações do povo do Paraná, tornava-se necessário que além do Líder do Governo, que teria incumbência de tratar apenas de assuntos governamentais, nesta Casa, deveria haver também um líder de Bancada.

Fui um dos que defendiam e defendo ardorosamente esta idéia, que foi, em tese, a vencedora da reunião de ontem. Mas, como o momento que atravessava o Paraná é delicado, pelos motivos que todo Paraná bem conhece, houve por bem a maioria unânime dos Srs. Deputados, para não dar impressão aos poderes constituídos de que a Bancada da ARENA nesta Casa não está sintonizada com o Governo do Estado na sua grande obra administrativa, com o Governo da Revolução no seu afã de levar a todos os recantos do Brasil, ordem, progresso e tranquilidade, resolveu-se, por proposta inicialmente de minha parte, que nós ratificássemos o nome do Deputado João Mansur na liderança também da Bancada da ARENA nesta Casa, até que a normalização viesse atingir o processo político no Estado do Paraná, até que se definissem claramente os rumos que deveria tomar esta Bancada no curso dos últimos acontecimentos no Estado.

Não vai em nossa tese, repito, nenhum demérito ao nobre Deputado João Mansur, de quem divergimos politicamente e continuamos divergindo, mas em quem reconhecemos também um homem de bem, um homem que tem procurado sair-se de sua missão com decência, com honestidade, um homem que tem trazido inestimável colaboração à causa pública no Paraná.

Portanto, nada de pessoal contra o Deputado João Mansur, porque também já disse à imprensa do Paraná, que o que aspiro é usar sempre desta Tribuna em defesa do povo que aqui me conduziu. Nada mais aspiro na vida pública. Não pleiteio cargo, não pleiteio nada, absolutamente nada, mas o que pleiteio, isso sim, é que a condução política da Bancada da ARENA nesta Casa seja de nossa livre escolha, que não haja interferência de fora do Poder Legislativo. Que o Deputado eleito pela legenda da ARENA nesta Casa, use um pouco do que ainda lhe resta, que é de escolher seu Líder, seu porta-voz, junto às autoridades constituídas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Valho-me do Pequeno Expediente para encaminhar Projeto de Lei à apreciação desta Casa que tem por escopo criar o Fundo de Desenvolvimento Agro-Pecuário do Estado do Paraná.

Este Fundo tem por objetivo estimular as atividades agro-pecuárias de nosso Estado com a participação efetiva do Governo do Estado no campo dos fertilizantes e na aquisição de máquinas pelas Sociedades Rurais e pelas Cooperativas do interior do Estado.

Sabemos que vastas áreas do Estado estão em violento declínio econômico, principalmente as zonas centrais, a zona sul e zona leste, as quais sofrem a erosão pelo uso da terra durante quase século e meio oferecendo recursos para o desenvolvimento do Estado. Por este motivo entendemos que o Governo deve estimular os agricultores dessas regiões.

Em reunião havida na Rede Ferroviária, fui informado que os vagões da ferrovia viajam pela linha sul, de Curitiba a União da Vitória, sem fazer qualquer carregamento porque a agricultura da região está em completo declínio e os agricultores estão em busca de novas áreas para poderem pôr em prática suas atividades.

Se prosseguirmos neste ritmo de desbravamento e abandono das áreas desbravadas depois de ficarem depauperadas o Paraná correrá o risco de ficar empobrecido. Se alguém duvidar do que estamos afirmando neste instante basta que viaje pelas zonas sul-oeste, de onde foram retiradas as madeiras, sendo que a característica da terra é a hiper-acidez. Assim, há necessidade

da participação do Estado para a correção do solo com fertilizantes adequados, colocando-os à disposição dos agricultores, com ônus imediato para o Estado, mas com reversão futura ao patrimônio do Estado. É medida de longo alcance que se impõe neste instante, uma vez que a economia agrícola dá ao Estado 80% de sua receita; esta medida, no nosso entender, traria grande estímulo a essas áreas. Sabemos que o calcário é o instrumento de revitalização do solo e a participação do Governo do Estado, a exemplo do que fez o de Santa Catarina, colocando o calcário na área depauperada à disposição do agricultor, com o transporte às expensas do Estado, estaria dando novo alento às antigas áreas. Isto é o que está ocorrendo na Linha de São Francisco. Agricultores do Paraná sabedores do que lá está ocorrendo — pagamento dos juros dos fertilizantes, pagamento do transporte do calcário e ainda pagamento dos juros das máquinas adquiridas através das entidades associativas, pelo Governo — estão interessados em ir para o Estado de Santa Catarina a fim de poderem exercer suas atividades normais. Canoinhas, há poucos anos atrás, estava quase que com suas terras abandonadas, hoje com o incentivo que vem tendo através do Governo, suas terras transformaram-se em amplos jardins de plantação, atraído até agricultores de São Paulo.

Ao apresentarmos este Projeto e ao fazermos esta breve explanação, temos certeza de que será apreciado com toda a brevidade pelas Comissões Técnicas e voltará para este Plenário, a serem discutidos os tópicos mais importantes nele contidos.

Nós sabemos que grande número de agricultores que hoje não encontram condições de sobrevivência no campo, transferem-se para a cidade e, assim procedendo criam um problema social gravíssimo nas cidades, constituindo as favelas, 80% das quais são constituídas de homens vindos do campo onde não encontraram mais condições de sobrevivência; sabemos que o mecanismo de trabalho das nossas cidades não tem apanhado esta mão-de-obra disponível, do campo, e, sabemos também que a potencialidade de produção dessas áreas é enorme, para que se coloque o dispositivo à disposição do agricultor.

Informo também aos Srs. Deputados, algo de características importantes: os vagões da estrada-de-ferro viajam vazios rumo Sul e rumo Oeste, passam pelas minas de calcário e lá chegam sem nada transportar, porque então esta ferrovia não atende as minas de calcário que estão no Extremo Leste e Oeste, porque a rede rodoviária não transporta estas minas para os pontos de consumo, e nós teremos fatalmente a triplicação da produção nestas áreas.

Eis o objetivo deste Projeto que hoje encaminho à Mesa, com detalhes.

Dado o exíguo da hora, do Pequeno Expediente, direi aqui apenas das finalidades do Fundo.

QUAIS AS FINALIDADES DO FUNDO DE ESTÍMULO À PRODUTIVIDADE:

1) Contribuir para o pagamento das despesas de frete que incidirem sobre o transporte de reprodutores bovinos, suínos, quando importados do exterior;

2) Contribuir na proporção de até 100% no pagamento dos juros que incidirem sobre os financiamentos feitos em bancos oficiais para a aquisição de máquinas agrícolas, reprodutores, sementes, sempre que, em ordem de prioridade, forem feitos por cooperativas, associações de agricultores e criadores sem fins lucrativos;

3) Idem nos financiamentos feitos às Cooperativas, Associações de Agricultores ou criadores, Sindicatos Rurais e empresários particulares nas importações de reprodutores suínos, bovinos e ovinos, feitas no Exterior com a intervenção do Governo do Estado;

4) Pagar, até o limite de 100% os juros que incidirem nos financiamentos para a aquisição de mudas de árvores frutíferas de clima temperado, no período de carência;

5) Contribuir com até Cr\$ por ton/km de frete, nos transportes de corretivos e fertilizantes químicos, adquiridos no País.

Para efeito de aplicação do FUNDO considerar-se-á como bens os fatores de produção:

1) fertilizantes químicos

2) corretivos

3) máquinas agrícolas para o patrimônio da Cooperativa (tratores e seus implementos, colheitadeiras, trilhadeiras, retro-escavadeiras, entalpeiras, pulverizadores, polvilhadeiras equipamentos para irrigação)

4) mudas de árvores frutíferas e clima temperado

5) sementes quando em programas especiais para a introdução de culturas prioritárias. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Duas incumbências que me foram outorgadas pela Liderança do Governo nesta Casa me trazem à Tribuna neste instante.

A primeira delas refere-se a um assunto de grande importância dentro da área estadual. Mensagem Governamental encaminhada neste instante à Casa propõe a criação do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, órgão de segunda instância para dirimir dúvidas entre o fisco e contribuintes. Atualmente esta missão é conferida ao Tribunal de Contas, mas a própria Constituição do Estado, tanto a de 70 como a vigente, já prevê para um futuro, a criação de um órgão desta natureza. São os seguintes os termos do ofício do Sr. Governador. (Le):

"MENSAGEM 2-72

Curitiba, 4 de abril de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar, que, em conformidade com o preceituado no inciso 8, do parágrafo único do art. 26, da Constituição Estadual, visa instituir o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e destinada ao julgamento, em segunda instância administrativa, de questões tributárias entre os contribuintes e o Estado.

O ofício n. 175-72, de 20 de março próximo passado e a respectiva justificativa, firmados pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e anexados por cópia autênticas, dizem sobre a oportunidade, significação e o alto interesse público na medida proposta a essa Augusta Assembleia Legislativa do Estado.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado
ANTEPROJETO DE LEI — COMPLEMENTAR

Súmula: Lei Orgânica do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Art. 1.º — Fica instituído, de acordo com o inciso 8 do parágrafo único do art. 26 da Constituição do Paraná, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), para julgamento, em segunda instância administrativa, de questões tributárias entre os contribuintes e o Estado.

Parágrafo Único — O CCRF, vinculado administrativamente à Secretaria da Fazenda, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.

Art. 2.º — Compõem o CCRF:

- a) Corpo deliberativo;
- b) Representação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;
- c) Corpo Instrutivo.

CAPÍTULO II

DO CORPO DELIBERATIVO

Art. 3.º — O Corpo Deliberativo será integrado por oito Vogais, e um Presidente.

§ 1.º — O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, por um Vice-Presidente.

§ 2.º — O Presidente e o Vice-Presidente do CCRF são escolhidos pelo Governador do Estado, entre pessoas cuja formação seja de nível superior, de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, financeira e econômica.

§ 3.º — O Presidente e Vice-Presidente são livremente demissíveis pelo Governador do Estado.

§ 4.º — Será igual o número de vogais representantes da Fazenda Pública Estadual e dos contribuintes e todos serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 5.º — A nomeação dos vogais representantes da Fazenda Pública Estadual e dos respectivos suplentes recairá em pessoas cuja formação seja de nível superior, com reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, financeira e econômica, indicadas pelo Secretário da Fazenda.

§ 6.º — Os vogais e seus suplentes, representantes dos contribuintes, serão indicados em lista triplíce pela Federação do Comércio do Estado do Paraná, — juntamente com a Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, — Federação das Associações Comerciais do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

§ 7.º — Na falta ou impedimento ocasional e simultâneo do Presidente e Vice-Presidente do CCRF exercerá a Presidência o mais antigo dos Vogais presentes ou, sendo iguais na antiguidade, o mais idoso.

Art. 4.º — O mandato dos Vogais e Suplentes do CCRF, tem a duração de dois anos, admitida a recondução.

Art. 5.º — O Presidente e os Vogais tem direito a uma gratificação equivalente a 25% do maior salário mínimo vigente no Estado, por sessão a que comparecerem, até o máximo de quinze sessões por mês.

§ 1.º — O Vice-Presidente e os Suplentes tem direito as mesmas gratificações correspondentes às sessões a que comparecerem.

§ 2.º — O Presidente do Conselho perceberá, além da gratificação por sessão, gratificação mensal equivalente a uma vez e meia o valor do maior salário mínimo vigente do Estado, a título de representação.

§ 3.º — O Vice-Presidente ou Vogal que exercer a Presidência do CCRF por trinta dias, consecutivamente, tem direito a percepção da gratificação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º — Os Vogais representantes da Fazenda Estadual terão, além da gratificação por sessão, todos os direitos a vantagens dos cargos que ocupam e relativos e função pública, como se no seu efetivo exercício estivessem.

Art. 6.º — O CCRF funcionará com a presença de cinco membros, no mínimo, garantida a participação paritária e decidirá por maioria de votos.

§ 1.º — O Presidente do CCRF tem apenas o voto de desempate.

§ 2.º — A falta de comparecimento de qualquer Vogal a cinco sessões consecutivas, ou dez alternadas, durante o ano, importará, salvo motivo plenamente justificado, em renúncia tácita do mandato, devendo o Presidente comunicar o fato ao Secretário da Fazenda, para efeito de ser providenciado o preenchimento da vaga, na forma prevista nesta lei.

Art. 7.º — Os membros do CCRF têm direito a um período de férias anuais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem prejuízo de suas vantagens.

Parágrafo Único — As férias e as licenças serão concedidas pelo plenário do CCRF ao Presidente e por este aos Vogais.

Art. 8.º — Os membros do Conselho são impedidos de discutir e votar nos processos:

I — de seu interesse pessoal ou de seus parentes até o terceiro grau, inclusive;

II — do interesse de empresa de que sejam diretores, administradores, sócios, acionistas, membros de conselho, assessores ou a que estejam ligados por vínculo profissional permanente;

III — em que houverem proferido decisão ou instruído o feito, em primeira instância administrativa.

CAPÍTULO III

DA REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA

Art. 9.º — Junto ao CCRF oficiam quatro representantes da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, designados pelo Secretário da Fazenda e por ele livremente demissíveis.

Parágrafo Único — A designação dos representantes a que alude este artigo recairá em servidores da Secretaria da Fazenda de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, os quais enquanto servirem no CCRF, ficarão dispensados de suas funções ordinárias.

Art. 10.º — Os representantes da Secretaria da Fazenda terão assento junto ao Plenário, obedecido entre eles o sistema de rodízio em cada sessão.

§ 1.º — Os representantes da Secretaria da Fazenda não terão direito a voto.

§ 2.º — Os representantes da Secretaria da Fazenda tem direito a gratificação equivalente a 25% do maior salário mínimo vigente o Estado, por sessão a que comparecerem, até o máximo de 15 (quinze) sessões por mês, sem prejuízo de todos os direitos e vantagens de seus cargos, como se no seu efetivo exercício estivessem.

§ 3.º — As questões administrativas de interesses dos representantes da Secretaria da Fazenda serão decididos, ou encaminhadas, conforme o caso, o Governador, pelo Secretário da Fazenda.

Art. 11.º — Aos representantes da Secretaria da Fazenda compete fundamentalmente:

I — ter vista de todos os processos, para efeito de parecer, antes de distribuídos aos relatores;

II — usar da palavra nas sessões de julgamento e requerer o que considerar conveniente à apreciação e solução do feito, na forma regimental;

III — recorrer à última instância, das decisões do CCRF quando estas não forem unânimes e forem contrárias à Fazenda Pública Estadual.

Parágrafo Único — Os representantes da Secretaria da Fazenda podem requisitar de qualquer repartição estadual documentos que julgarem necessários à instrução dos processos de que tenham vista, os quais lhes serão fornecidos com a maior brevidade.

CAPÍTULO IV

DO CORPO INSTRUTIVO

Art. 12.º — O Corpo Instrutivo do CCRF, será constituído de uma Secretaria Geral, incumbida de atender a todos os serviços administrativos.

§ 1.º — Os servidores do Corpo Instrutivo serão colocados à disposição do CCRF, a critério do Secretário da Fazenda, mediante solicitação do Presidente do órgão colegiado.

§ 2.º — Os servidores colocados à disposição do CCRF terão todos os direitos e vantagens inerentes aos seus cargos.

§ 3.º — Aplica-se aos servidores do Corpo Instrutivo o disposto no § 3.º do art. 10 desta lei.

§ 4.º — O Corpo Instrutivo será dirigido por um Secretário, administrativamente subordinado ao Presidente, de sua livre escolha entre os servidores que prestem serviço junto ao CCRF.

§ 5.º — Ao Secretário do CCRF será atribuída a gratificação de função equivalente ao símbolo 1-F.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO EM INSTÂNCIA COLETIVA

Art. 13.º — Os recursos serão recebidos e protocolados na Secretaria do CCRF e distribuídos à representação da Secretaria da Fazenda, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento.

§ 1.º — O representante da Secretaria da Fazenda terá o prazo de 15 (quinze) dias para o estudo dos processos que lhes forem distribuídos, devendo, nesse prazo, devolvê-los à Secretaria, com o parecer ou pedido de diligência, dirigido ao Presidente do CCRF.

§ 2.º — No retorno dos processos de diligência a Secretaria abrirá nova vista, ao representante da Secretaria da Fazenda pelo prazo de 8 (oito) dias.

Art. 14.º — Com o parecer do representante da Secretaria da Fazenda, o processo será distribuído a um Relator que dele terá vista pelo prazo de quinze dias, podendo, nesse prazo, solicitar ao Presidente diligência externa.

§ 1.º — No retorno do processo à Secretaria do CCRF será reaberta vista ao Relator pelo prazo de 8 (oito) dias.

§ 2.º — Enquanto o Relator não devolver o processo à Secretaria do CCRF, é facultada às partes a juntada de prova documental, abrindo-se, nesse caso, vista à parte contrária para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as inovações.

Art. 15.º — Devolvido o processo pelo Relator, será distribuído a um Revisor que o revisará no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único — A manifestação dos Vogais Relatores e Revisores, nos processos, será paritária.

Art. 16.º — Esgotado o prazo fixado no artigo anterior, o processo será devolvido à Secretaria do CCRF para inclusão na pauta de julgamento, observada a ordem sequencial de recebimento dos processos.

Parágrafo Único — A Secretaria do CCRF providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado, com antecedência de no mínimo dez dias da data do julgamento, da pauta da sessão, com a indicação, para cada feito, do:

- a) número do protocolo;
- b) nome do contribuinte;
- c) nome do procurador do contribuinte, se houver;
- d) nome do Relator;
- e) local, data e hora da sessão.

Art. 17.º — As decisões do CCRF serão tomadas em forma de Acórdão, obedecidas as disposições regimentais.

Art. 18.º — É facultado aos Vogais e ao representante da Secretaria da Fazenda pedir vista do processo, durante o julgamento, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 19.º — O CCRF poderá converter o feito em diligência externa, como preliminar de julgamento.

Art. 20.º — O Acórdão será lavrado pelo Relator, no prazo de quinze dias contados da data de julgamento.

§ 1.º — Se o Relator for vencido, o Presidente designará para redigir o acórdão, no mesmo prazo, um dos Vogais cujo voto tenha sido vencedor.

§ 2.º — A fundamentação escrita dos votos far-se-á no mesmo prazo fixado no parágrafo anterior.

Art. 21.º — As Súmulas dos Acórdãos serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

CAPÍTULO VI

DO REGIMENTO DO CCRF

Art. 22.º — O CCRF organizará o seu Regimento que determinará, basicamente:

- I — distribuição proporcional dos processos, segundo a ordem cronológica de atuação na sua Secretaria;
- II — rigorosa igualdade de tratamento às partes;
- III — direito de vista dos autos, na Secretaria do CCRF, ao contribuinte ou seu representante legal;
- IV — direito de sustentação oral dos recursos durante o julgamento;
- V — realização de três sessões ordinárias semanais;

- VI — multas aplicáveis nos casos de retenção e restituição fora de prazo dos processos;
 VII — estabelecer a processualística dos pedidos de esclarecimento sobre o alcance dos acórdãos;
 VIII — elaboração pela Presidência, de relatório anual circunstanciado ao Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda sobre as atividades do CCRF.

CAPÍTULO VII

DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 23 — O processamento administrativo fiscal desdobra-se nas seguintes instâncias:

- a) Primeira, singular, a nível do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda;
 b) segunda, coletiva, a nível do CCRF;
 c) terceira e última, singular, a nível do Secretário da Fazenda.
- Art. 24 — O recurso à terceira e última instância caberá, apenas, ao representante da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, na hipótese prevista no inciso III do art. 11 desta lei.

§ 1.º — O recurso previsto neste artigo poderá ser exercitado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado.

§ 2.º — Apresentado o recurso indicado neste artigo, o CCRF, antes de encaminhar o feito à autoridade julgadora competente, abrirá vista do processo ao contribuinte para que este venha aduzir, no prazo de cinco dias, contados da notificação, as considerações julgadas oportunas sobre as razões apresentadas pelo recorrente.

§ 3.º — As normas complementares sobre o rito do recurso prevista neste artigo, são fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 25 — Publicado o acórdão favorável à Fazenda Pública a Secretaria do CCRF certificará tal circunstância nos autos remetendo o feito, em seguida, à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para os devidos fins.

Parágrafo Único. Se o acórdão publicado for favorável ao contribuinte e cabendo recurso na forma desta lei, a Secretaria do CCRF aguardará a fluência do prazo, no qual ele poderá ser interposto, a fim de dar encaminhamento do feito à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, observada a regra do § 2.º do artigo anterior.

Art. 26 — O rito do processo administrativo-fiscal em primeira instância será estabelecido na lei orgânica de cada tributo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 — Os recursos que se encontram pendentes de julgamento no Tribunal de Contas do Estado serão encaminhados à Secretaria da Fazenda que os remeterá ao CCRF para apreciação em segunda instância administrativa.

Art. 28 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros), destinado a atender despesas com instalação e manutenção do CCRF no presente exercício financeiro.

Parágrafo Único. Como recurso para atender as despesas decorrentes da abertura do crédito especial de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Programa "Exação e Fiscalização Financeira" — Unidade Executora — Secretaria da Fazenda — Departamento de Rendas Internas — Dotação 72—1.1—42—04—0 — 3.0.0.0 — Despesas Correntes 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

Art. 29 — A Secretaria da Fazenda providenciará a instalação do CCRF.

Art. 30 — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 31 — Ficam revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem a finalidade de regulamentar o dispositivo constitucional que disciplina o julgamento das questões fiscais em segunda instância, criando o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (item 8 do parágrafo único do art. 26 da Constituição do Paraná).

A anterior competência, provisoriamente atribuída ao Tribunal e Contas — enquanto não criado órgão próprio — foi definitivamente conferida pela nova Carta Estadual, ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais a quem competirá decidir em segunda instância administrativa.

A decisão nessa esfera, face a participação paritária, no corpo deliberativo, da Fazenda Pública e da iniciativa privada, através dos órgãos de classes, visa adequar e integrar, em âmbito mais estreito, as relações fisco-contribuinte, proporcionando, com isso, equânime distribuição de justiça fiscal.

Of. n.º 175-72

Curitiba, 20 de março de 1972.

Senhor Governador.

Tenho a honra de examinar a Vossa Excelência o anteprojeto de lei que visa instituir, no Paraná, em consonância com o item 8 do parágrafo único do art. 26 da Constituição Estadual, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

Acompanha, em anexo, a justificativa do designio da lei complementar. Renovo a Vossa Excelência os protestos de distinto apreço e real consideração.

a) MAURICIO SCHULMAN

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

NESTA CAPITAL

A Comissão de Constituição e Justiça".

A medida é de um alcance extraordinário e esperamos que a Casa, ao tomar conhecimento do seu conteúdo, da necessidade de se dotar o Estado de um órgão que possa dirimir as dúvidas entre fisco e contribuinte, possa transformar em lei o quanto antes, para o quanto antes se instalar este órgão no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, a segunda missão era de trazer ao conhecimento da Casa e do Estado do Paraná a deliberação dos Srs. Deputados da Arena e dar em forma de uma moção escrita, inteiro apoio a S. Exa. o Sr. Presidente da República a recente medida encaminhando Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, alterando dispositivo da Constituição Federal, para que se possibilite a eleição de Governadores e vice-Governadores pela via indireta. São os seguintes os termos do requerimento: (Lê)

"Requerimento

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, integrantes da bancada da Aliança Renovadora Nacional, nos termos regimentais,

REQUEREM o encaminhamento, por intermédio da Mesa, de expediente a S. Exa. o Sr. Presidente da República — General EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI —, testemunhando os aplausos e o incondicional apoio pela proposta de emenda à Constituição Federal, submetida à alta apreciação do Congresso Nacional, disciplinando as eleições para Governador e Vice-Governador do Estado em todo o País.

Tanto os aplausos como o apoio se alicerçam na oportunidade da providência, e na forma puramente democrática de utilizar a via recomendada pela própria Magna Carta, para sua alteração, com a esclarecida participação do Poder Legislativo, quando poderia o nobre Chefe do Governo outorgá-la com a chancela da incontestável supremacia do Ato Institucional n.º 5.

Referida particularidade reflete a indimentável formação de estadista e consagra definitivamente a obra governativa do ilustre General EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, como fundamental no processo revolucionário brasileiro.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1972.

(aa) — Wilson Fortes

Ivo Tomazoni

Ovídio Luiz Franzoni

Francisco Escorsin

Basilio Zanusso

Pinto Dais

Lázaro Dumont

Borsari Netto

Armando Queiroz

Odilon Reinhardt

Arizone Araújo

Antonio Lopes Júnior

Igo Losso

João Mansur

Antônio Costa

Santos Lima

Marciano Baraniuk

Fuad Nacli

Quielise Crisóstomo

Leopoldo Jacomet

Aguinaldo Pereira Lima

Jorge Sato

Gilberto Carvalho

Fabiano Braga Côrtes

Antônio Maciel

Xenofonte Villanueva

Gabriel Manoel

Emílio Carazzai

João Fadel

Arthur de Souza

Paulo Camargo".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, verificamos ao longo do tempo cada vez mais célebre, que se lançam muitas confusões em torno das palavras.

É comum, por exemplo, confundir-se o verbo "SER" com o verbo "TER". Quantas e quantas pessoas que antigamente faziam um sacrifício imenso, lutavam desesperadamente e diziam assim:

"Eu faço sacrifício, sacrifício a minha esposa, porque quero que meu filho seja alguma coisa. "Ser" era a grande necessidade que o homem sentiu em ser alguma coisa. Mas com o passar do tempo o verbo "TER" passou a superá-lo. Então se costuma dizer: Quero ver se dou uns golpes na vida, porque não sei se morro logo, e quero que meu filho tenha alguma coisa. A confusão vai mais além sobre a idoneidade. Quem tem idoneidade tem idoneidade, mas costuma se confundir também, e aí tem os adjetivos. Idoneidade moral, idoneidade financeira, etc. Nacionalismo. Existe palavra mais sagrada, mais extraordinária do que a palavra nacionalismo? Quem não é intimamente, verdadeiramente, nacionalista, aquele que ama a sua terra, que proclama a grandiosidade de sua terra, que luta pela sua terra. Entretanto, nos idos de 1962 a 64, compuseram a palavra "nacionalismo" e ela passou a ter vulgarmente um sentido que a realidade não tem. Palavra Liberdade. Liberdade é um dom que Deus outorgou ao homem. Nós recebemos de Deus Senhor, nossos princípios, e o fim de todas as coisas, é o dom da liberdade, e o livre arbítrio. O homem está neste mundo para seguir a sua própria vontade. Subir ou descer, é o seu destino. Aquele que prefere descer, desce. Mas os que preferem subir pelas escadas do sacrifício e alcançar as glórias prometidas, estes subirão.

A democracia. Quanta confusão se faz em torno desta palavra. E é por isso que vão surgindo também os adjetivos. A democracia liberal, a democracia cristã, a democracia social e assim, sucessivamente.

A liberdade, Srs. Deputados, deve ser limitada. Eu tenho liberdade por exemplo de comprar uma arma de fogo. Tenho liberdade de usar esta arma no bolso, na cintura, no porta-luvas do carro, em minha Casa; tenho. Mas não tenho a liberdade de sair com o revólver pela rua, dando tiros a torto e a direito.

A liberdade tem que ser consciente; tem que ser medida; porque a todo o direito, corresponde um dever. Se eu só proclamo os meus direitos, sem me lembrar que também tenho deveres a cumprir, eu estou sendo parcial e não poderemos ser parciais. Temos que lutar pelos nossos direitos, mas cumprir também os nossos deveres. Falar, nós deveremos ter e temos, a liberdade de falar; de dizer o que queremos. Mas deveremos ser responsáveis por aquilo que falamos. E essa responsabilidade não deve ser medida apenas pela lei escrita dos homens. Sabendo que eu não posso dizer tal coisa, porque

está escrito em tal lei. Mas o falar, principalmente os homens públicos, os deputados, os senadores, os homens de Governo, e principalmente os professores, diante dos seus alunos, têm que medir as suas palavras; que devem ter uma responsabilidade maior do que todas as outras. Principalmente quando esse homem é cristão e sabe que o seu destino não termina aqui na terra mas que ele terá um dia de responder pelo que falou aqui e não apenas pelo que falou mas pelo que se omitiu; ele deve falar com sinceridade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, etimologicamente, democracia é Governo do Povo, para o povo. Verificamos que essa definição é muito vaga. Essa definição na realidade pouco diz: governo do povo para o povo e pelo povo. Na verdade, uma democracia não pode ser suíça; por mais cristão que sejamos, não poderemos ser suíças. Nós temos que nos defender e a Democracia tem também que se defender, sob pena de morrer a própria democracia. Assim aconteceu nos países onde a força bruta do comunismo tomou conta; assim foi em Cuba, assim foi na Hungria; assim foi na Tchecoslováquia; assim foi na Albânia e tantos países que hoje sofrem sob o jugo bolchevista. A Democracia tem que ser um regime de olhos abertos; tem que ser um regime com itinerário nas mãos sabendo para onde vai, como caminha e o que quer.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, acompanho verdadeiramente interessado a exposição que faz V. Exa. de seu pensamento nesta Tribuna. Todavia, eu sou um homem prático. Como V. Exa. bem disse no curso de sua oração, as palavras, as idéias, sofrem as interpretações mais diversas. Eu gostaria, a fim de exemplificar objetivamente a fala de V. Exa. nesta Tribuna, que V. Exa. dissesse à Casa, por exemplo, qual o sistema político que mais se aproxima do pensamento de V. Exa.? Qual dos governos, atualmente que se identifica mais com o pensamento político de V. Exa. nesta Tribuna, que V. Exa. ter uma idéia real daquilo que V. Exa. pretende, a fim de — já que as palavras de V. Exa., como bem disse, podem ter as interpretações mais diferentes possível. Então gostaríamos de saber dentro daquilo que V. Exa. afirmou, o que V. Exa. entende por regime que traduz, aquele que V. Exa. chamou de regime discricionário, aquele posto em prática nos países chamados comunistas.

Gostaria que V. Exa. exemplificasse qual o regime que mais se aproxima do ideal de V. Exa.

O SR. ANTONIO LOPES JR., — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, exemplificando, conforme pediu o ilustre Deputado Sebastião Rodrigues quero dar a definição que eu entendo, que eu almejo e que eu quero.

Entendo Sr. Presidente, que para um homem cristão uma democracia só pode ser uma definição de princípios cristãos. Do contrário eu estaria me omitindo naquilo que é mais sagrado do que a vida perece do homem, na terra e posterior à terra.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. não objetivou, em sua resposta, a pergunta que fiz a V. Exa. Como declaração de princípios cristãos, gostaria de perguntar se o Conselho Nacional de Bispos e outros pensadores como Alceu Amoroso Lima, (Tristão de Ataíde) e Dom Helder Câmara se encontram dentro do que poderia parecer a propagação de princípios cristãos ou se existem divergências na declaração destes princípios.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Infelizmente, desgraciadamente Dom Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima não estão de acordo comigo. Eles caminham por outro caminho que não é o meu.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — E o Conselho Nacional de Bispos?

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Este não é um organismo infalível. No que ele tem de certo, poderemos segui-lo. Para mim, que sou católico, apostólico, romano entendo que só existe uma infalibilidade, que é a de Sua Santidade o Papa, quando fala nesta qualidade. Do contrário todos podem errar porque, além do seu ministério, além de sua condição espiritual, são homens como qualquer um de nós e, como tal podem errar. Não é a palavra de um bispo, de um sacerdote, que seja definitiva.

Infelizmente Dom Helder, que deveria utilizar sua inteligência, sua vibração cívica a serviço de Cristo, na sua Diocese, na sua Arquidiocese, perambula pelo mundo e como um bispo itinerante prega onde não precisa pregar, desviando-se de suas obrigações — pesadas é verdade — mas ninguém pode deixar de carregar a carga que Deus lhe deu.

Democracia é a que tem um ideal, um itinerário nas mãos e sabe o que quer e para onde vai. Já se passaram os tempos daquela democracia de neutralidade do Século XIX. Aquelas palavras da democracia liberal já não têm mais força, já podemos dizer que são semelhantes à luz de uma lâmpada que se apagou, de uma lâmpada fundida que não dá mais brilho e luz.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — Vou insistir na primeira pergunta. V. Exa. está dissertando em termos de democracia e liberdade. Sou um homem objetivo e gostaria que V. Exa. situasse, na prática, se existe no mundo, um regime que se aproxime do ideal de democracia de V. Exa. ou seremos obrigados a atribuir a V. Exa. uma utopia. Gostaria que V. Exa. dissesse, na prática, qual o regime político que se aproxima, em termos de democracia, aquilo que V. Exa. entende por regime democrático.

Eu faço esta pergunta porque esses regimes políticos que V. Exa. acusa de não democráticos dizem que são democráticos, como o Paraguai, para que possamos situar o pensamento de V. Exa., pensamento da Aliança Renovadora Nacional, já que V. Exa. fala em nome da briosá Bancada do Partido de V. Exa., gostaria que V. Exa. precisasse qual o regime democrático, atualmente em vigência, em qualquer país do universo, que se aproxima do pensamento político que V. Exa. gostaria de ver implantado em nossa terra.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Agora V. Exa. foi mais explícito. V. Exa. acaba de dizer, de perguntar, qual o regime que mais se aproxima — porque, na realidade, o que penso pode nem existir mas nem por isso deixa de ser uma idéia que eu acho verdadeira. Mas, vou responder a V. Exa.: o regime que mais se aproxima, que não é bem aquilo que, na realidade eu penso e prego, é o que eu sinto vigente em nossa Pátria, sem medo nenhum de errar, com certeza absoluta, e com a consciência tranquila de que falo aquilo que verdadeiramente, sinto.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. me permite, porque gostaria que ficasse consignado nos Anais da Casa que V. Exa. acha, então que, dentro da democracia cristã, dentro da conceituação de liberdade cívica, nós damos um exemplo a França, aos Estados Unidos, à Suíça, e a todos os países do universo.

V. Exa. diz isso com a grave responsabilidade de Líder da Bancada da AERENA. V. Exa. cita o Brasil como exemplo a ser seguido no mundo em termos de liberdade civil. V. Exa. está sendo mais realista que o próprio Presidente da República que admite que estamos atravessando um estado de exceção, eu só chamo a atenção de V. Exa. porque isto vai ficar gravado nos Anais, e é uma tremenda responsabilidade de V. Exa. que comparece em nome da Aliança Renovadora Nacional, com esses conceitos, porque amanhã, irão para a imprensa, indicando o Brasil como exemplo a ser seguido em termos de liberdade civil, em termos de democracia, por todos os palcos do mundo.

Meus cumprimentos a V. Exa. pela coragem de afirmar isso. E meus pésames à Aliança Renovadora Nacional, em nome da qual isto está sendo afirmado.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Graças a Deus eu sempre tive, e tenho, a coragem necessária de dizer a verdade. O que nós entendemos por democracia, e o que é, na realidade, uma democracia? Aquela que respeita, sobretudo a liberdade do homem. Mas, a liberdade do homem tem os seus limites necessários. Eu não reconheço essa liberdade libertária que existe nos Estados Unidos, aonde o erro se junta à verdade, aonde a mentira se junta à verdade, aonde o erro se junta aos mais grosseiros embustes. Não admito, jamais gostaria de viver numa democracia nesse estilo, aonde a anarquia impera em toda parte, aonde cada um tem o direito de fazer o que bem entende.

Vamos verificar o que acontece em nossas casas, onde não permitimos que nossos filhos façam o que bem entendem, que fumem maconha, que usem psicotrópicos e que entrem em casa bêbados, altas horas da madrugada, e espanquem a mãe, que jamais briguem com os irmãos, que sejam unidos e respeitados, mas para isso temos que impor disciplina.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — Perdoe-me V. Exa. estar sempre interrompendo. Mas, se V. Exa. não aprova a liberdade americana, nem em jovens espancaram as mães e tomarem psicotrópicos; mas, os nossos filhos também tomam psicotrópicos, espancam as mães. Mas, esses são problemas que não têm nada que ver com regime democrático. Quando nós discutimos regime democrático nos referimos às liberdades civis, e tenho profundo temor quando ouço palavras como as que V. Exa. está proferindo desta Tribuna, da limitação das liberdades, eu me lembro de um quadro europeu de 39. Começo a ouvir rufar dos tambores, o caminhar dos passos gigantes nazistas nas ruas das cidades europeias. Lamento profundamente ouvir essa profissão de fé anti-democrática de descrença naquilo mesmo que V. Exa. prega, que é o livre arbítrio, que é o direito do homem decidir-se por si mesmo. Hoje, nesta terra, não existe mais esse direito. O direito que existe aqui é decidir-se de acordo com a vontade de uma pequena minoria. Lamento profundamente ouvir essa profissão de fé anti-democrática de descrença na humanidade, e lamento mais ainda, porque essa profissão de fé é feita em nome de Cristo. Lamento profundamente. Obrigado pela gentileza de me conceder esse aparte.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Eu é que agradeço e os apartes jamais me perturbarão e jamais me tomarão o tempo, porque estamos aqui justamente para o debate, para a meditação.

Mas, srs. Deputados, que supressão de liberdade nós temos no Brasil? Por ventura alguém foi impedido de se candidatar a Deputado, Vereador, Senador pela ARENA ou pelo MDB? Agora, o que é fundamental srs. Deputados, isto aqui temos que analisar com a cabeça fria, como os que têm os pés no chão. Fala-se muito que o Presidente da República é que indica os Presidentes da ARENA. E que os Governadores de Estado é que indicam os Presidentes regionais. Não vejo nada de mais nisso. Por ventura a ARENA não é o Partido do Governo? Por ventura a ARENA não é o sustentáculo dos governos? Por ventura o Presidente da República e os Governadores de Estado não estão inscritos na Aliança Renovadora Nacional, portanto, nossos companheiros? Não é o Presidente Médici, não é o Governador Parigot de Souza, não é a pessoa deles mas o cargo que eles ocupam. É o Presidente da República que é arenista, é o Governador do Estado do Paraná que é arenista.

Acharia sim um absurdo, estaria aqui também protestando se por ventura o Presidente da República quisesse impor um Presidente nacional ao MDB. Ai sim, mas na ARENA não. Nós aceitamos, porque ele é um de nossos companheiros, é o chefe natural do Partido.

O sr. Nivaldo Kruger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Perfeitamente, nós estamos acompanhando com o máximo interesse o pronunciamento de V. Exa., pois nem sempre temos oportunidade de nos defrontarmos com homens de partido, defendendo posições político-partidárias, de ideologia, programáticas. Hoje temos essa oportunidade. Felicito V. Exa. porque é oportunidade de um debate alto, que nem sempre temos tido aqui. Pois bem, V. Exa. me parece que se contradisse terrivelmente. Primeiro, V. Exa. dique o regime que mais se aproxima daquele que V. Exa. aspira é o regime vigente. Nós sabemos que o Presidente da República disse no dia 31 de março que nós não vivemos numa democracia. Então, se não vivemos numa democracia, e para V. Exa. este é o regime que mais se aproxima do seu ideal, há uma desconexão entre essa realidade e o que V. Exa. que está bem. Outro aspecto V. Exa. diz que o Presidente da República é o homem do seu partido, e, portanto, ele indica homens para serem presidentes de diretórios governadores e assim por diante. Parece-me outra contradição, e as contradições num mundo político, são destruidoras de toda a organização, porque no ideal da revolução contida no pronunciamento do Ministro da Justiça, afirma ele que a revolução só se consolidará e que o partido que dá sustentação ao governo só será um partido de fato, quando ele se organizar da base para cima: seus diretórios, apresentação de seus candidatos, convenções, discussões de teses, de problemas e consequentemente, indicação de seus candidatos, do seu Presidente, dos seus Governadores e assim por diante. Entretanto, o que vemos é uma discrepância. Pelo nosso modo de ver, parece que o Partido de V. Exa. não prima pelos princípios que V. Exa. defende. Homens que no passado serviram a titeres, a ditadores, que colocaram na cadeia tantos e tantos brasileiros, hoje lideram o comando do Partido de V. Exa. Será que esses homens mudaram de princípios, de filosofia? Será que esses homens não são os mesmos que infelicitaram tantos Governos no passado?

Esta é uma pergunta que tenho feito e para a qual não tenho tido resposta.

Não duvido de V. Exa. Acho que é fiel aos princípios que defende, mas não se vê esta unidade no Partido de V. Exa. Vemos que a Revolução foi feita contra homens que detinham o poder, do PTB, do PSD e no en-

tanto, hoje, os homens que se encontram no comando do Partido de V. Exa., são justamente, aqueles que pertenceram a Governos do passado.

Esta a pergunta: que gostaria de ver respondida.

O SR. ANTONIO LOES JUNIOR — Nós todos temos uma caminhada a encetar. Não posso chegar a minha casa na Praça Rui Barbosa, sem primeiro sair daqui, descer as escadas, pegar o meu carro ou ir a pé e dar os primeiros passos.

Na realidade, democracia plena, como afirma o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid não temos. Quando digo que este é o regime que se aproxima daquele que quero, estou de acordo com o Ministro da Justiça que disse que não estamos na democracia plena, mas que caminhamos para ela.

A Aliança Renovadora Nacional não é o Partido como queremos e ai estão os pareceres que dei como Secretário Geral da ARENA aonde faço críticas às falhas existentes. E é por este motivo que luto há dois anos e continuarei lutando, agora com mais tempo, para a criação do Instituto Superior de Ciência Política, para se formar uma mentalidade política. Não me conformei nunca e jamais me conformarei que haja "caciquismo político", que haja "cacique político" em cada Partido; jamais me filiei e não me filio a homem nenhum; filio-me a uma idéia.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Perdoe-me, mas V. Exa. está se contradizendo. V. Exa. acabou de dizer que não se filia a homem algum e que não admite caciquismo, porém exaltou a indicação do Sr. Presidente da República. Se isso não é caciquismo, se isto não é se submeter à vontade de um homem, então explique o caso porque, confesso, estou confuso. V. Exa. acabou de justificar o caciquismo, acabou de justificar toda a submissão do Partido à vontade de um ou dois homens. Vou mais longe: digo a V. Exa. que o contrário seria o inverso. O Partido é que deveria indicar o Presidente, o Partido é que deveria indicar os Governadores porque o Partido é a expressão do povo, o partido é a organização de baixo para cima. V. Exa. inverteu todo o ideário político. V. Exa., usando um termo muito em voga, qualquer sentido malévolo, subverteu toda a doutrina política que vigiu através dos tempos, aprimorada que foi essa doutrina pelo pensamento de estudiosos e inclusive por experiências institucionais de vários países.

V. Exa. disse que se filia à idéia, que não se filia a um homem, mas justifica a submissão do Partido à vontade presidencial; V. Exa. é contra o caciquismo político mas justifica toda a submissão de um Partido, cheio de homens inteligentes e capazes de conduzir os destinos da Nação, à vontade de um ou dois homens.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — A contradição acho que é no pensamento de V. Exa., me desculpe.

Não falei em submissão a um homem; ressaltei claramente: não é a pessoa de Emilio Garrastazu Médici; não é a pessoa de Pedro Parigot de Souza, poderia ser até o meu maior inimigo, meu maior opositor, desde o instante em que se reveste do Poder de Presidente da República, sou submisso ao Presidente da República como sou submisso ao Bispo da minha diocese, como sou submisso ao Pároco da minha paróquia, embora eu discorde pessoalmente deles, mas intimamente eu posso até discutir com eles!

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um breve aparte? (Assentimento).

V. Exa. então deveria ser submisso a D. Helder Câmara também, porque ele é autoridade eclesiástica, V. Exa. não deveria ter feito revolução, V. Exa. deveria ter sido submisso também ao Presidente da República anterior a 1.964 porque ele também estava investido dos poderes presidenciais. Eu registro mais uma contradição.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Srs. Deputados, não há contradição nenhuma. Autoridade só é autoridade, revestida dos poderes de autoridade que o próprio Deus outorgou ao homem. O poder da autoridade é quando esta autoridade, primeiro: é legítima — 2.º: quando ela cumpre com os seus deveres elementares de Chefe de Estado, mas desde o instante em que o próprio Presidente da República — como foi o caso do Sr. João Goulart — desde o instante em que — como aconteceu com o sr. Jânio Quadros — perverteram o cargo, que subverteram totalmente a ordem hierárquica fazendo com que sargentos mandassem nos coroneis do Exército, fazendo com que marinheiros viessem a praça pública atacar almirantes, fazendo com que se subvertesse toda a ordem jurídica institucional do País. Nós todos não temos só a obrigação, mas o dever de pegar em armas e derrubar este Governo, porque não merece mais a confiança do povo.

O sr. Muggiatti Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Com o respeito que devo à brilhante pessoa de V. Exa., quer como representante nesta Casa, quer como advogado incansável que é das boas causas, eu gostaria de registrar num aparte, uma vez que V. Exa. está defendendo uma moção de aplauso a um ato que eu considero um ato ditatorial, o meu pensamento que em resumo nada mais é do que o que acabaram de dizer os meus nobres companheiros de Bancada, o ilustre Líder Sebastião Rodrigues e o Deputado Nivaldo Kruger; apenas acrescentaria ao que se tem dito e ao que disse V. Exa., que, a democracia quando começou tinha também suas classes privilegiadas e V. Exa. bem o sabe que ao seu início, quando se falava em problema social, os que abordavam tais assuntos eram qualificados de demagogos; no entanto, passando para mais perto do nosso tempo eu queria contestar a afirmação de V. Exa., de que a democracia do século não teria vigência no presente. V. Exa. sabe há quantos anos tem vigência a Carta Constitucional do povo americano, e eu desejo dizer a V. Exa. que não sou contra o disciplinamento da vida, acho que cada um deve ter um disciplinamento, e nós vivemos em função da Lei, mas da Lei que emana verdadeiramente do povo. Observe V. Exa. que as Cartas Constitucionais de 91, 34; de 46, serem promulgadas falam em nome do povo — a de 46 não pode dizer isso porque não foi feita, não foi elaborada em nome do povo.

Como disse, e eu afirmei ontem nesta Tribuna que tão brilhantemente V. Exa. ocupa neste momento, Pontes de Miranda taxa de híbrida esta Constituição vigente porque parte dela foi feita pelo Congresso e parte por uma eminente Junta Militar. Aos que aplaudem a ditadura e eu devo dizer a V. Exa. que não me espanta nem me surpreende, mas advirto com o respeito que V. Exa. merece e os demais colegas com assento nesta Casa, que é muito perigoso aplaudir a ditadura, porque amanhã ninguém sabe contra quem ela se voltará.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Na verdade estou com V. Exa. Não

se pode aplaudir a ditadura e a ditadura efetivamente, jamais será aplaudida por mim. Tive um exemplo disto em 1.937, quando me insurgi contra o 10 de novembro de 37, apesar dos meus 17 anos, me insurgi violentamente e sofri na carne os maiores sofrimentos impostos por uma ditadura.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — Outro aspecto que gostaria que V. Exa. justificasse já que foi contra a ditadura, é a figura mais negra desta ditadura de 37, a do seu chefe de Polícia que é Felinto Muller e que está hoje na Presidência do Partido de V. Exa. E o homem que V. Exa. aplaude, bate palmas. Eu considero o Sr. Felinto Muller uma das maiores figuras do Estado Novo. Ele há de merecer uma biografia histórica de grosso volume, eu considero o sr. Felinto Muller a nota mais negra do Estado Novo. Chefe de Polícia do sr. Getúlio Vargas. Perseguiu nesta terra, em nome de uma ideologia política, quem bem entendeu seus inimigos pessoais. V. Exa. sabe o que ele fez com os chamados integralistas, e poderia multiplicar estes exemplos, porque a vida de Felinto Muller é cheia de exemplos destes e poderia relatar inúmeros episódios desta natureza, a ponto de um jornalista o chamar de Réu de Nuremberg porque atribuída a ele as maiores atrocidades do Estado Novo. V. Exa. que sentiu na carne o Estado Novo, tem hoje a presidir o seu Partido, o Chefe de Polícia do Estado Novo. E de fato uma contradição que lamenta V. Exa. ter que suportar. Deve ser cruel. V. Exa. explicar isto aqueles que o cercam.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Eu entendo os homens como eles praticam os atos de comando de ação no Governo. Não pelo que praticam no passado. Existe um Partido com estatutos. Se o Presidente, assumindo a Presidência de um Partido segue fielmente os estatutos, não os conspura, eu devo acompanhá-lo, só não o acompanharia no instante em que ele...

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — Outra contradição tremenda de V. Exa. e que abala suas crenças seus princípios cristãos. V. Exa. quer dizer que o passado do homem não importa. E negar a doutrina cristã, é negar tudo que implica no julgamento de uma pessoa. O passado importa e cada homem que o Governo escolhe para dirigir o Partido da Revolução, ao assumir um cargo de importância é uma recomendação que faz este Governo. Está recomendando à juventude, está recomendando a meus filhos, aos seus filhos: jovens sigam sempre, sirvam sempre.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Eu quero, para excerrar estas palavras dizer que considero esta eleição indireta democrática, a vontade expressa pelos órgãos legítimos é que se dará no ato de uma eleição. Ora, os Vereadores e Deputados, Senadores, foram eleitos pelo povo são estes legisladores, estes parlamentares que dão a sustentação política; são as Assembleias Legislativas que irão eleger os Governadores e Vice-Governadores. Há muitos países, não me ocorre no momento, mas existem vários países, cujas eleições não são diretas, e nem por isso deixam de ter democracia.

O sr. Nivaldo Kruger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. tem toda razão. Democracia não quer dizer unicamente eleição direta dos governantes. Há processo de eleição indireta em vários países que a adotam, desde que aquele colégio tenha sido previamente autorizado para este fim. O que não ocorre no Brasil. Então, o que há, é uma distorção absoluta para um processo de alteração, que o partido da situação se vê obrigado a aceitar.

Agora, gostaria de dirigir a V. Exa. uma pergunta sobre algo que me impressionou. A afirmação de princípios cristãos que V. Exa. faz, dos quais eu também comungo, embora esteja em partido oposto e vejo as coisas por um ângulo um pouco diverso, porque estes princípios não são privilégios dos que estão num único partido. São princípios universais, e os homens podem estar em correntes partidárias diversas e esposá-las da mesma forma.

Entretanto, o que me causa espanto e surpresa, nobre Deputado, é a afirmação do Ministro Delfim Neto, na Edição Econômica do "Jornal do Brasil", que o Poder Nacional se sustenta em sua estratégia econômico-liberal, capitalista, portanto anti-cristã. Ora, não é uma afirmativa materialista? E portanto, contrária a sua afirmação e a minha.

Porisso não concordo, discordo com os princípios adotados por V. Exa. e pelo Partido de S. Exa.

Outra, V. Exa. afirma e eu concordo, que há necessidade de disciplina, pois a ordem é a pedra angular de qualquer desenvolvimento. Não só as sublegendas, fator de anargião de serem e de subversão de todo o processo político. Sublegenda defendida pelo Partido de V. Exa. que causa um trauma na vida do próprio Partido de V. Exa. colocando homens que se sentam na mesma mesa, em facções violentamente contrárias, em lutas encarnigadas, uns contra os outros. Que espécie de Partido é este, que espécie de ordem, que espécie de princípios, que espécie de disciplina é esta. São perguntas que faço a V. Exa. neste instante.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — A informação do Ministro Delfim Neto é puramente setorial. Não podemos nos restringir assim a um fermento que está num dedo de minha mão, e dizer que estou enfermo.

O sr. Nivaldo Kruger — Então V. Exa. concorda com o Ministro Delfim Neto.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Se fosse uma definição global de governo, não. Mas é setorial.

O sr. Nivaldo Kruger — Ele diz que a sustentação do governo está na sua estratégia.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — É pensamento dele.

O sr. Nivaldo Kruger — Mas é o Ministro do Partido do Governo, cujo partido V. Exa. representa.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Se se perguntasse ao Ministro dos Transportes, talvez ele dissesse que a sustentação está nas estradas que se abrem para levar o progresso a toda a parte. Mas o que interessa é a filosofia global do governo, e esta respeita a intangibilidade da pessoa humana. E é no respeito e intangibilidade da pessoa humana que reside a principal doutrina da democracia, é nesse respeito da pessoa humana...

O sr. Muggiatti Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Permita que eu possa registrar neste aparte que meu voto é contrário à moção que V. Exa. está apresentando. E pretendemos inclusive debater esta matéria e registrar com bastante clareza o nosso voto.

Mas com relação ao livre arbítrio, sem querer alongar as contradições apontadas pelo meu companheiro de Partido, acredito que o maior princípio do cristianismo é o do livre arbítrio.

E este livre arbítrio presentemente, não existe em nossa Pátria, no campo político. V. Exa. há de convir que estabelecer-se eleições indi-

retas, não quer dizer que seja ferir-se os princípios democráticos. Se esta eleição indireta, por democrática, se essa eleição for sustentada por uma lei democrática. Mas então seria preciso que a nossa Carta Constitucional fosse elaborada por uma Constituinte, eleita pelo povo. E então sim, nós poderíamos ter um colégio eleitoral, devidamente regulamentado, que elegeisse Governadores. As teses de eleições individuais existem e proliferam nos regimes democráticos. V. Exa. bem recentemente teve um exemplo do referendium popular, para a mudança de regime em nosso País, quando o povo votou contra o Parlamentarismo. Entretanto, submete-se a Constituição vigente neste país, ao referendium popular? Esta emenda, que já se antecipa como aprovada pelo Congresso Nacional, será submetida ao referendium popular? Em todos os países democráticos é provocada a manifestação do povo, quando o assunto é de transcendental importância como esse, que diz respeito a uma manifestação de vontade do povo, que é a eleição de seus governantes.

Recentemente, na França, tivemos um referendium que levou inclusive, um dos maiores estadistas que já passaram na terra, afastar-se da vida pública, pela vontade soberana do povo francês. E esta soberania, ilustre Deputado Antonio Lopes Júnior, que nós defendemos e por isso, somos frontalmente contrários a esta moção, porque entendemo-la a ferir de frente a vontade do povo brasileiro.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — É pena que esteja já tarde; que só a respeito de referendium popular...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa a V. Exa. que restam-lhe apenas 5 minutos para concluir.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Obriga a V. Exa.

Só o referendium popular, soberania do povo, comporta uma discussão de mais de duas horas. E por esse motivo, não vou entrar neste assunto. Mas, foi um capítulo a parte, na História do Brasil, o referendium do sim e do não, a respeito de Parlamentarismo e de Presidencialismo. Pergunte-se a 50% dos que votaram sim e não se eles sabiam efetivamente o que estavam votando. Absolutamente, jamais ouviram falar na verdadeira acepção do termo, do que seja Parlamentarismo. Mais tarde, teremos oportunidade de discutir este assunto.

Concedo agora o aparte ao sr. Deputado Armando Queiroz, que já o solicitou por duas vezes.

O sr. Armando Queiroz — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O raciocínio de V. Exa., tão seguidamente contestado por alguns senhores Deputados do MDB, praticamente nos força a entrar no debate desta matéria e expor o nosso ponto de vista.

Sr. Deputado, ao que me lembre, o nosso país nunca atravessou uma fase tão produtiva, tão excelente, tão conceituada, tão disciplinada e tão consciente como agora; nunca.

Nosso país, pela primeira vez em sua vida é respeitado, é acatado e é ouvido lá fora; e isto é consequência, Sr. Deputado, de um trabalho de equipe, um trabalho decente, um trabalho honesto, um trabalho patriótico que se está fazendo em nosso país. Então, Srs. Deputados, o que se precisa preservar, o que precisa ficar intangível e intocável, é a nossa soberania, é a nossa segurança, é o respeito às nossas tradições cristãs e é também nosso desenvolvimento, hoje, como forma reconhecida em todo o mundo. Estes fatores, frutos de um trabalho de verdadeiros gigantes, nos colocaram nesta posição. E isto veio a ocorrer, Srs. Deputados, num estado político que os Senhores do MDB condenam. No entanto, tivemos a experiência anterior em que havia licenciosidade e todos faziam o que bem entendiam e todos tinham o direito de proclamar, de dizer o que pensavam, o que nos estava levando a um abismo que, indiscutivelmente, jamais poderíamos dele retornar. E aquele estado de ruínas, correspondeu evidentemente uma reação e esta reação nos vem dando o que hoje estamos colhendo. E naquele tempo os governantes eram eleitos pelo povo, que era chamado a depositar seu voto e estávamos caminhando por aquele caminho negro. Hoje se tira unicamente por necessidade, por dever — porque o País vai indo bem — se tira um pequeno detalhe num episódio e se quer condenar um trabalho que o mundo reconhece como benemérito, como altivo e que está trazendo, indiscutivelmente grandes vantagens para nossa Pátria, para nossa família, para nossos filhos. Obrigado.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, gostaria de agradecer a formação altamente liberal de V. Exa. nesta Tribuna, permitindo o diálogo com V. Exa. Apenas, para responder ao Deputado Armando Queiroz, o pequeno detalhe que S. Exa. diz que se tira, se chama povo. Lamentavelmente, para o Deputado Armando Queiroz, povo é um pequeno detalhe. Em segundo lugar, se o Deputado Armando Queiroz me permite, gostaria de lembrar que também houve uma Nação sem liberdade, que cresceu economicamente — a Alemanha. Era respeitada universalmente, desenvolveu-se e fazia inveja a todos os povos do mundo. Mas, aqueles mesmos que, com o regime duro que impuseram ao povo alemão, levaram a Nação ao desenvolvimento e ao progresso, aqueles mesmos, com a mentalidade fanática que criaram na Alemanha, levaram-na ao desastre de 44. do qual participou também o nosso País. As cruzes que ficaram em Pistóia, são testemunhas disto. O Panteon dos Heróis, na Guanabara, que abriga hoje os restos dos pracinhas que morreram na Itália, está como testemunho que há de tornar claro à memória do povo brasileiro, que desenvolvimento sem democracia, que propaganda fanática termina por conduzir a desastres muito sérios.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Deputado Antonio Lopes Júnior tem um minuto para terminar sua oração.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O sr. Deputado Sebastião Rodrigues querendo comparar o regime da Alemanha com o brasileiro se esquece, naturalmente, com grande ironia, que S. Exa. está aqui hoje falando e condenando o nosso regime, porque eleito pelo povo e que, na hora em que o Paraná é chamado a votar, este povo, que ele diz que não participa, vota nos candidatos comandados pelo Presidente Garrastazu Médici.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Encerrando minhas palavras, quero agradecer a todos os Deputados e ao ilustre Deputado do MDB pela forma democrática com que discutimos. E é justamente o que queremos. Toda a vez em que estivermos na Tribuna podem pedir apartes, porque queremos esclarecer ao povo e o axioma é que queremos realmente a liberdade e a democracia.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/70, de autoria do Dep. Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/71, de autoria do Dep. Acyr José, que transfere para o D.E.R., o trecho de rodovia municipal entre Mallet, Município de Mallet, e a Barra do Potinga, Município de S. Mateus do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo substitutivo.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 234/71, de autoria do Poder Executivo, Mensagens n.ºs. 26 a 33/71, abrindo crédito especial de Cr\$ 162.991,90 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e um cruzeiros e noventa centavos), para o atendimento de despesas com os festejos comemorativos da "Semana da Pátria". Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 78/71, que aprova o Decreto n.º 813, de 29-9-71, que abriu crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os Municípios do Centro-Oeste do Estado, atingidos por chuvas de granizo. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/70, de autoria do Dep. Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma ponte, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 315/70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, autoriza o Poder Executivo outorgar a garantia do Estado do Paraná, em financiamento a ser efetivado pela Faculdade de Medicina Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S/A., até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. (EM REGIME DE URGÊNCIA). — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 315/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a garantia do Estado do Paraná, na qualidade de fiador e principal pagador das obrigações constantes do principal, juros, taxas e correção monetária, na operação de financiamento a ser efetivada pela Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S/A, de São Paulo, para a construção e instalação completa de um Hospital de Ensino e Assistência Médica Regional, até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

§ Único — O aval do financiamento a que alude este artigo poderá ser dado pelo Banco do Estado do Paraná ou Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP.

Art. 2.º — Nos Orçamentos Gerais do Estado constarão dotações orçamentárias específicas destinadas à amortização e resgate do financiamento contratado na forma desta Lei, obedecendo os seguintes critérios de distribuição:

- a) No exercício de 1.973, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.
- b) No exercício de 1.974, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.
- c) No exercício de 1.975, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento acrescida de juros e taxas adicionais.

Parágrafo Único — Os Orçamentos Plurianuais de Investimento preverão valores fixos para amortização e resgate, na forma do contrato de financiamento a ser contratado, devendo os valores serem reajustados na proporção das oscilações cambiais que advirem.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1970.

a) Dep. Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, em seu quarto ano de funcionamento, tem instalações para o seu ciclo básico, na Cidade Universitária.

Dentro do seu organograma de planejamento consta o Hospital de Clínicas, de caráter misto, para ensino e atendimento às populações pobres, e extensivo às regiões vizinhas, dando-lhe aspecto regional.

A Faculdade, em 1971 deverá comportar 200 alunos em ensino hospitalar, e para 1972, mais ainda, 280 alunos, com a entrada do ensino em regime de internato.

Essa demanda reflete-se em necessidade de espaço, instalações e equipamentos imprescindíveis para um ensino médico, técnico e prático.

Desnecessário enfatizar as vantagens desse empreendimento, por esse Hospital regional preenchendo uma lacuna, que é o atendimento médico em nível superior aos necessitados de todo o Norte do Estado, estará também proporcionando o campo de atuação do aprendizado médico da Faculdade, honesto como deve ser feito, e evitando o estrangulamento que inevitavelmente acontecerá em dois anos, quando 280 alunos tiverem de viver um aprendizado hospitalar.

Por isso, cumprindo um planejamento feito quando o Estado criou a Faculdade de Medicina e atendendo à solução inadiável pelas razões técnicas apontadas, julgamos necessária a construção do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, dentro do prazo mínimo possível.

A formula sugerida, que é o financiamento proposto pelo Banco Real de Investimento S/A (cópia anexa) para a construção e equipamento do Hospital em prazo de 36 meses, atendidas todas as disposições legais e técnicas, preenche sem dúvida alguma toda a solicitação pretendida.

a) Dep. Olavo Ferreira.

BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.

A FACULDADE DE MEDICINA DO NORTE DO PARANÁ
FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA
LONDRINA, PARANÁ

Magnífico Reitor:

Pela presente temos o prazer de informar a V. Sas. que, de acordo com solicitação do nosso cliente Companhia de Planejamentos Técnicos INTARCO, procedemos a consultas preliminares junto a fontes de recursos do exterior e verificamos através da Agência de New York do Banco da Lavoura de Minas Gerais, S.A., nosso associado, que há, em princípio — desde que devidamente comprovada por ocasião da solicitação dos recursos, e plena liquidez da operação, demonstrada sua capacidade para liquidação oportuna das prestações — possibilidade de obtenção de financiamento externo sob a forma da Lei 4131, no contra valor de aproximadamente Cr\$ 25.000.000,00 para ser aplicado na construção civil e no fornecimento e instalação de equipamentos nacionais para as obras do Hospital de Ensino e Assistência Médica Regional pela Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, em Londrina.

O valor do financiamento externo supra poderá, eventualmente, ser diminuído, desde que o financiamento de parte dos equipamentos possa ser atendido através de recursos FINAME ou de outra fonte do mercado interno.

As condições para o financiamento externo são as seguintes:

Tomador: — Faculdade de Medicina do Norte do Paraná — Fundação de Ensino Superior de Londrina.

Avalista: — Banco de Desenvolvimento do Paraná, S.A.

Prazo: — Cinco anos, incluindo dois anos de carencia.

Amortização: — Pagamentos iguais e consecutivos no fim de cada semestre.

Juros: — No exterior, se as condições no mercado internacional permanecerem as mesmas, juros até 2,5% a.a. acima da taxa "interbank-rat" de Londres, a ser reajustada semestralmente nas épocas dos pagamentos de juros; no Brasil uma taxa de coordenação de 1% a ser paga em moeda nacional no ato da assinatura do contrato. De qualquer maneira, seria conveniente que fosse, desde logo, obtida a concordância das autoridades monetárias brasileiras, inclusive do Cempex, com a obtenção de recursos externos para o financiamento que se tem em vista, já que não é possível conseguir-se oferta firme de financiadores estrangeiros, sem um prévio estudo de viabilidade que estamos dispostos a realizar, inclusive quanto ao desdobramento do empréstimo, de maneira que o prazo total do resgate possa atingir sete anos.

Assim, tão pronto recebamos sua expressa manifestação do sentido da presente proposta daremos início aos trabalhos que nos competem.

Atenciosamente,

Banco Real de Investimento S.A.
Departamento de Recursos do Exterior
Assinaturas ilegíveis

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 315/70

O Projeto propõe autorização ao Executivo para outorgar a garantia do Estado do Paraná, na qualidade de fiador e principal pagador das obrigações resultantes de operação de financiamento a ser efetivada pela Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A., de São Paulo, para a construção e instalação de um Hospital de Ensino e Assistência Médica Regional.

É desnecessário qualquer esforço adicional para justificar o tratamento prioritário que deve merecer tão oportuna iniciativa. A rede de estabelecimentos de ensino superior do Estado tem a cumprir a elevada tarefa de preparar o pessoal de nível superior capaz de sustentar o processo de desenvolvimento que se instalou em nosso Estado.

Ninguém poderá jamais, exagerar a importância que assume a formação de médicos, para um povo que aspira realizar, a curto prazo, um magnífico salto em direção ao progresso. A saúde do povo representa riqueza humana e implica em aumento da capacidade de produção e em aumento da produtividade.

A iniciativa é, por esse ângulo, digna do mais decisivo apoio.

O Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Arthur de Souza

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 315/70

1) — A presente iniciativa foi, anteriormente, objeto de estudo na douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual recebeu parecer favorável.

2) — Quanto ao mérito, entendemos que ao Estado cabe desenvolver a tarefa de dar condições à preparação de técnicos de nível superior, os quais virão colaborar com o desenvolvimento que se verifica em nosso Estado.

3) — Assim, pois, e do ponto de vista financeiro que a esta Comissão cabe apreciar, opinamos pela aprovação da medida proposta.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Ovidio Franzoni

ilegível

1a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 9-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 9-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de março de 1971.

a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

A presente Lei tem por objetivo, propiciar melhores condições de tráfego à estrada municipal que liga estas duas importantes centros produtores, com uma extensão de 34 quilômetros no Município de Rolândia e 6 de Astorga. A estrada existente tem um tráfego cada vez mais intenso devido constituir a menor distância entre as cidades de Astorga e Londrina, com trânsito de ônibus inter-municipais.

Com sua atualização poderá a mesma ser retificada, encurtando em 6 quilômetros o seu percurso; além disso, os poderes executivos municipais vem onerados os cofres públicos com a manutenção exigida pelo intenso tráfego rodoviário, que deixou de ser local para ser regional.

Pelo exposto, esperamos que os nossos nobres Pares, não se furtem a apoiar este plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

1 — Tratam os autos de Projeto de Lei através do qual se pretende autorizar o Poder Executivo a transferir ao DER., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as cidades de Rolândia a Astorga, numa extensão de 40 (quarenta) quilômetros.

2 — O autor, em sua justificativa, bem destaca o significado regional da estrada em apreço e, ainda o que a conservação da mesma representa para as Prefeituras Municipais atualmente com aquele encargo, além de enfatizar a possibilidade de novo traçado, reduzindo, em parte, o total do trajeto, com evidentes vantagens para a economia dos usuários.

3 — O Projeto de Lei está devidamente em ordem e, sendo constitucional e legal está em condições de ser discutido e aprovado.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 9-6-1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N. 9-71

AUTOR: Dep. Xenofonte Villanueva

SÚMULA: "Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga a cidade de Rolândia à de Astorga, na forma que específica.

P A R E C E R

1) — A Douta Comissão de Constituição e Justiça examinou o presente Projeto de Lei, considerando-o em condições de ser discutido e aprovado.

2) — Entendemos justa a iniciativa do autor, que em seu projeto justifica o caráter regional da estrada, além de constituir a menor distância entre as cidades de Astorga e Londrina.

3) — Somos, nestas condições, pela aprovação

Sala das Comissões, em... de agosto de 1971.

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Borsari Netto — Relator

Gilberto Carvalho

Hélio Manfrinato

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Xenofonte Villanueva

SÚMULA: Autoriza o P.E. a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros.

P A R E C E R

O nobre Dep. Xenofonte Villanueva, com o presente projetos de lei, visa autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem a transferir, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga.

O caráter meramente autorizatório do referido projeto não fere dispositivo de ordem financeira, merecendo a aprovação desta comissão e do Plenário, desta Casa de Leis. E salvo melhor juízo, nosso parecer é favorável

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

a) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 211-71, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, eleva o "Quantum" da pensão mensal assegurada às viúvas dos Deputados Estaduais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 211-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A pensão mensal especial, assegurada à viúva de Deputado Estadual, de que tratam a Lei n. 4.763, de 5 de novembro de 1963, Lei n. 54-63, de 22 de novembro de 1963, Lei n. 5.155 art. 2.º, e regulamentada pelo Decreto Legislativo n. 180-64, de 19 de maio de 1964, fica estabelecida em valor correspondente a cinquenta por cento (50%) da parte fixa do subsídio de deputado estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971.

a) Emílio Carazzai

JUSTIFICAÇÃO:

A legislação mencionada no art. 1.º deste projeto é a que disciplina a pensão mensal especial atribuída à viúva de deputado estadual.

Originariamente, o valor do benefício correspondia a um terço da parte fixa dos subsídios de deputado estadual (Leis ns. 4.763, de 5-11-63 e 64-63, de 22-11-63). Em seguida, a Lei n. 4.946, de 31-10-64, alterada pelo art. 2.º da Lei n. 5.155, de 10-6-65, a referida pensão foi desvinculada do subsídio fixo em face do seu congelamento no valor de então, ou seja, Cr\$ 178 00 (cento e setenta e oito cruzeiros) mensais.

Esse congelamento data, como se verifica da lei correspondente, de meados de 1965, de onde nos reparam mais de seis anos.

Em termos salariais, com referência à única remuneração legal, a

pensão que se concede à viúva de quem se dedica exclusivamente ao serviço da comunidade, em prejuízo muitas vezes do patrimônio que porventura possua ou da construção de um pecúlio que garanta o futuro dos seus dependentes, é consideravelmente inferior a um salário-mínimo de trabalhador braçal, sem qualquer qualificação profissional.

Julgo ser de inteira justiça a revisão desses valores, para atualizar o benefício da legislação invocada, em consonância com as exigências sociais e humanas dessa particular situação, por isso que me permito submeter ao Poder que integro a propositura acima articulada.

Anexos:

- 1) Lei n. 4.763, de 5-11-63;
- 2) Lei n. 54-63, de 22-11-63;
- 3) Dec. Lei n. 180-64, de 10-5-64;
- 4) Lei n. 4.946, de 31-10-64;
- 5) Lei n. 5.155, de 16-6-65.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 311-71

AUTOR: — Dep. Emílio Carazzai

SÚMULA: "Eleva o "quantum" da pensão mensal assegurada às viúvas dos Deputados Estaduais".

PARECER

1) — O Projeto em referência está em perfeita harmonia com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, eis que o mesmo vem articulado e justificado.

2) — A iniciativa ora em exame se nos afigura oportuna, pois visa atualizar o valor da pensão mensal assegurada às viúvas dos Senhores Deputados Estaduais, restabelecendo em parte, uma situação que anteriormente desfrutavam.

3) — Assim, e tendo em vista as considerações expedidas, opinamos pela sua aprovação.

S.M.J. é o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Muggiati Filho

Arthur de Souza

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Emílio Carazzai

SÚMULA: "Eleva o "quantum" da pensão assegurada às viúvas dos Deputados Estaduais".

PARECER

A presente iniciativa de lei que visa atualizar a pensão das viúvas dos Senhores Deputados Estaduais, é sem dúvida alguma de alto alcance social. Portanto a quantia assegurada pela Lei n.º 4.763 e 4.946, não mais condiz com o sentimento humano que se pretende dar a matéria.

Assim sendo, opinamos favoravelmente ao projeto, dando nosso parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Arthur de Souza

Armando Queiroz

Antônio Belinati

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonilda Alice Thá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonilda Alice Thá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja dado prosseguimento ao ramal da estrada de ferro de Guarapuava a Foz do Iguaçu, com prioridade de urgência ao trecho até Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que sejam implantados na forma prevista pelo art. 121 § 1.º, da Constituição Federal, os Tribunais Federais de Recursos nos Estados de São Paulo e Pernambuco. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhadas sugestões aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se dignem mandar elevar o padrão dos atuais professores titulares ao nível 30. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de gratulações ao Dr. Benedito Felip Rauhen, pela sua recente promoção ao último grau da carreira do Ministério Público da União. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regosio pelo transcurso, no dia 29 de março findo, do 279.º aniversário da fundação de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 115-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 115-70 — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Presidente da Re-

pública, testemunhando os aplausos e o incondicional apoio pela proposta de emenda à Constituição Federal, submetida à alta apreciação do Congresso Nacional. — Em discussão.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Peço a palavra para discutir.

Sr. Presidente.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria de fazer outro pedido a V. Exa., que determine a extração de 9 certidões do inteiro teor dessa moção, e da qual conste o nome dos Deputados que a subscreveram. Pediria a V. Exa. que determinasse a extração de 9 certidões, uma para cada Deputado de meu Partido, com os nomes legíveis dos Srs. subscritores da mesma, porque entendo que é um compromisso que esses nobres Deputados assumem com posteridade, com o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência encaminha à 1.ª Secretaria, para as necessárias providências.

Mensagem do Sr. Governador, já lida na sessão plenária. Apenas esta Presidência fará com que tenha encaminhamento regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 170-70;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 315-70, 9-71, 211-71;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 115-70, 158-71.

Esta Presidência designa ainda, a Ordem do Dia para a sessão do dia 7, sexta-feira, às 10,00 horas, que é a seguinte:

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 191-70, 14-71, 151-71, 152-71, 153-71, 191-71, 221-71.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 110-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo sob o n. 1.064, de 4 de abril de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

lotar Brigida Lobo Kolarovicz, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Administrativo, Divisão de Documentação Histórica.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 111-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1.899, de 3 de abril de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à Maria Neide Boza Stival, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 4 de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 112-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1.764, de 24 de março de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Waldemar Roda, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, oito (8) dias de licença para casamento, a partir de 7 de abril de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 4.a REUNIÃO ORDINÁRIA

As dezessete horas e trinta minutos do dia trinta de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, sob a presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet e com as presenças dos senhores deputados Aguiñal de Pereira Lima, Antonio Belinati, Ovidio Franzoni e Pinto Dias, reuniram-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Em seguida foram relatadas as seguintes contas: Contas nos 3913-71 e 6767-71, do Asilo Santa Rita, da cidade de Irati, no valor de Cr\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado João Mansur, referente ao exercício de 1969. Contas nos 4586-71 e 7030-71, da Prefeitura Municipal de Guairacá e do Mini-Hospital Municipal de Guairacá, no valor de Cr\$ 5.000,00 (Cinco mil cruzeiros), recebidos do Deputado Wilson Fortes, referente aos exercícios de 1969 e 1970. Contas nos 7007-71 e 7020-71, da Conferência São Vicente de Paulo e Conferência Vicentina São Sebastião, da cidade de Marilândia do Sul, no valor de Cr\$ 700,00 (Setecentos cruzeiros), recebidos dos deputados Seme Scaff e Arnaldo Busato, referente aos exercícios de 1969 e 1970. Conta n.º 6246-71, do Lar Batista Paranaense, da cidade de Londrina, no valor de Cr\$ 4.750,00 (Quatro mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), recebidos dos deputados Igo Losso e Olavo Ferreira, referente aos exercícios de 1969 e 1970. Conta n.º 6666-71, da Paróquia São João Batista, desta Capital, no valor de Cr\$ 600,00 (Seiscentos cruzeiros), recebidos do Deputado Erondy Silvério, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6438-71, do Tempo Místico Luz dos Santuários, da cidade de Guaratuba, no valor de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Emílio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6200-71, do Ginásio Estadual "Duque de Caxias", da cidade de São Mateus do Sul, no valor de Cr\$ 150,00 (Cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6107-71, da A.P.M.I. Luciano Stencel, da cidade de São Mateus do Sul, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao

exercício de 1970. Conta n.º 5992-71, da Casa dos Pobres São João Batista, desta Capital, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos dos deputados Arthur de Souza e Erondy Silvério, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7106-71, da Igreja Assembléia de Deus, da cidade de Guaraci, no valor de Cr\$ 150,00 (Cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Contas n.ºs 7107-71 e 7111-71, do Colégio São José, das Irmãs Pastorinhas de Guaraci, no valor de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), recebidos dos Deputados Arthur de Souza e Araldo Busato, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7108-71, da Igreja Matriz de Guaraci, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7104-71, da Paróquia Santo Antonio de Pádua, da cidade de Arapongas, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6360-71, da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Colombo, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Côrtes, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6242-71, da Mitra Diocesana de Apucarana, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Roberto Wipych, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6754-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6320-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância "São Sebastião", de Clevelândia, no valor de Cr\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arnaldo Busato, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6577-71, da Liga de Defesa Contra a Tuberculose, da cidade de Antonina, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Luiz Renato Malucelli, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 6830-71, do Instituto Adventista Paranaense-desta Capital, no valor de Cr\$ 1.250,00 (Hum mil e duzentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Iwant Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6117-71, da Assistência Social Adventista, desta Capital, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado João Mansur, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7417-71, do Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Olivir Gabardo, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7404-71, da Assistência, Proteção e Amparo as Meninas Pobres de Antonina, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Luiz Renato Malucelli, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 5868-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Piraquara, no valor de Cr\$ 700,00 (Setecentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6467-71, da Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Côrtes, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 6433-71, do Abrigo Bom Pastor, da cidade de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 4.000,00 (Quatro mil cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 6684-71, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus da cidade de Arapongas, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Seme Scaff, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 6564-71, da Escola Primária Rui Barbosa, da cidade de Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Iwant Losso, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 6198-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Quitandinha, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 6270-71, da Associação Rural de Piraquara, no valor de Cr\$ 4.850,00 (Quatro mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 6199-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Mandrituba, no valor de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 7110-71, da Capela São João do Distrito de Bentópolis, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7109-71, da Capela São Bento, do Bairro Água Branca, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5993-71, da Comissão da Igreja Nossa Senhora Perpétuo Socorro — Laranjeiras Piraquara, no valor de Cr\$ 400,00 (Quatrocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 612-71, da Igreja Matriz da Colônia Marietal da Lapa, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6102-71, da Comissão da Igreja de Laranjeiras, Piraquara, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6101-71, da Comissão da Igreja São Miguel Arcanjo, de Ribeirão Vermelho — Quitandinha, no valor de Cr\$ 50,00 (Cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6103-71, da Igreja Protestante Luterana de Alvorada, Fóz do Iguaçu, no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6105-71, da Comissão da Igreja São José de Alvorada — Fóz do Iguaçu, no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6120-71, da Igreja Nossa Senhora da Boa Esperança de Piraquara, no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6106-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, da cidade de Quatro Barras, no valor de Cr\$ 150,00 (Cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6104-71, da Igreja Santa Terezinha, do Rio da Varzea — Lapa, no valor de Cr\$ 50,00 (Cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6023-71, da Capela São Pedro, Piraquara, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5946-71, da Associação de Pais e Mestres da Escola Isolada de Guarituba, Piraquara, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5945-71, da Associação de Pais e Mestres a Escola Frederico Enguel de Tamanduázinho, Fóz do Iguaçu, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5943-71, da Associação de Pais e Mestres da Casa Escolar de Água Clara, Quitandinha, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5891-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância

de Jardim Alegre, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5892-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Fóz do Iguaçu, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5889-71, da Associação de Pais e Mestres da Escola de Cambará — São Mateus do Sul, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5897-71, da Congregação Cristã do Brasil de Piraquara, no valor de Cr\$ 150,00 (Cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5894-71, da Comissão da Igreja de Santa Terezinha de Fóz do Iguaçu, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5893-71, da Igreja Matriz de Jardim Alegre, no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5899-71, do Posto de Saúde de Tibagi, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7669-71, do Centro de Suplentes de Delegado de Polícia da Capital, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado João Mansur, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7743-71, da Sociedade São Vicente de Paulo de Itambaracá no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7749-71, da Obra do Berço de Itambaracá, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8265-71, da Santa Casa de Misericórdia de Guaratuba, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Luiz Renato Malucelli, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8177-71, da Prefeitura Municipal de Tapira, no valor de Cr\$ 270,00 (Duzentos e setenta cruzeiros), recebidos do Deputado Ovidio Franzoni, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8072-71, da Igreja Missionária de Curitiba, no valor de Cr\$ 600,00 (Seiscentos cruzeiros), recebidos dos deputados Aguinaldo Pereira Lima, Pinto Dias, Wilson Fortes, Francisco Escorsin, Igo Losso, Seme Scaff e Olavo Ferreira, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8020-71, da União Centenariense dos Estudantes Secundários, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8079-71, da Igreja Batista do Ahui de Baixo, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7992-71, da Prefeitura Municipal de Mariluz, no valor de Cr\$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros), recebidos do Deputado João Mansur, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7742-71, da Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7879-71, do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7917-71, da Prefeitura Municipal de Santa Ines, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7935-71, do Cascavel Futebol Clube, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Fuad Nacii, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6831-71, da Igreja do Evangelho Quadrangular — Cruzada Nacional de Evangelização, de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7741-71, da Prefeitura Municipal de Itambaracá, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 6332-71, do Centro Social da Paróquia Cristo Rei, desta Capital, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Nelson Buffara, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8316-71, da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Fuad Nacii, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8220-71, da Prefeitura Municipal de Guaporema, no valor de Cr\$ 3.750,00 (Três mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), recebidos dos deputados Arnaldo Busato e Paulo Camargo, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8531-71, a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Colorado, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8488-71, do Centro de Ação Social São Francisco de Assis, desta Capital, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Côrtes, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8487-71, da Sociedade Operária e Beneficente "5 de Julho", desta Capital, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Côrtes referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8657-71, da Obra Social da Cruzada Nacional de Evangelização de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8648-71, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — setor — local de Sapopema, no valor de Cr\$ 700,00 (Setecentos cruzeiros), recebidos dos deputados Arthur de Souza e Francisco Escorsin, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8616-71 da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Jardim Alegre, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8658-71, da Paróquia de Tomazina e Obras Sociais da Paróquia de Tomazina, no valor de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Emilio Carazzai, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8775-71, da Clínica Santa Terezinha, Posto de Socorro Psiquiátrico "Santa Terezinha", desta Capital, no valor de Cr\$ 9.643,50 (Nove mil, seiscentos e quarenta e três cruzeiros e cinquenta centavos), recebidos dos deputados Francisco Escorsin e Aguinaldo Pereira Lima referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8932-71, do Departamento de Assistência Social da Quarta Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8381-71, da Prefeitura Municipal de Pôrto Amazonas, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8955-71, da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Contenda, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomet, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7013-71, do Departamento de Assistência Social da Igreja do Evangelho Quadrangular de Pato Branco, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 8014-71, do Departamento de Assistência Social da Igreja Avivamento Bíblico de Londrina, no valor de Cr\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos cru-

zais), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 9050-71, da Assistência Social Adventista de Londrina — Igreja Adventista do 7.º Dia, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 9173-71, da Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida de Santa Felicidade, no valor de Cr\$ 150,00 (Cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7892-71, da União Espirita Beneficente Jesus-Maria-José de Morretes, no valor de Cr\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta cruzeiros), recebidos dos deputados Luiz Renato Malucelli e Fabiano Braga Côrtes, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 7893-71, da União Espirita Beneficente Jesus-Maria-José de Morretes, no valor de Cr\$ 1.100,00 (Hum mil e cem cruzeiros), recebidos dos deputados Luiz Renato Malucelli e Nelson Buffara, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8033-71 da Irmandade de Santa Casa de Urai, no valor de Cr\$ 800,00 (Oitocentos cruzeiros), recebidos do Deputado Erondy Silvério, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 7936-71, do Asilo São Vicente de Paula da Lapa, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Túlio Vargas, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 7787-71, da Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro Beltrão, no valor de Cr\$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros). Conta n.º 8258-71, da União Paranaense dos Estudantes Secundários, desta Capital, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Olivir Gabardo, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8759-71, do Ginásio Cineasta Sagrado Coração, de Engenheiro Gutierrez, município de Irati, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8784-71, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tibagi, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8820-71, da Escola Maternal "Arnetez Macedo", desta Capital, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos dos deputados Erondy Silvério e Ernesto Moro referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8951-71, do Dispensário Santa Luiza — Província Brasileira da Congregação das Irmãs (filhas) de Caridade de São Vicente de Paulo, desta Capital, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Ernesto Moro, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 8958-71, da Igreja Matriz de Jussara, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 9026-71, da Associação dos Colaboradores da Escola para Surdos "EPHETA", no valor de Cr\$ 660,00 (Seiscentos e sessenta cruzeiros), recebidos do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 9317-71 do Lar da Acadêmica de Curitiba no valor de Cr\$ 900,00 (Novecentos cruzeiros), recebidos do Deputado Roberto Galvani, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 9203-71, da Associação Cultural e Esportiva do Município de Rolândia, no valor de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 9252-71, da Paróquia de Curitiba, Igreja do Divino Espírito Santo, no valor de Cr\$ 300,00 (Trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Arthur de Souza, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 9051-71, da Fundação Universidade Estadual de Londrina — Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Norte do Paraná, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Losso, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 7907-71 da Prefeitura Municipal de Araruna, no valor de Cr\$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Paulo Poli, referente ao exercício de 1970. Relator Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Parecer favorável APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Alberto Carazzai Neto, secretário-lavrô a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos da Lei.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

a) LEOPOLDO JACOMEL — Presidente

a) ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 1.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 1.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

As quinze horas do dia vinte e dois do mês de fevereiro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel e com as presenças dos senhores deputados Antonio Belinatti, Francisco Escorsin e Aguinaldo Pereira Lima, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos; como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. A seguir o Senhor Presidente fez a distribuição dos processos aos relatores, antes porém, observou aos presentes que as autorizações, bem como os recibos das prefeituras de Araruna e Campo Mourão constam da Prestação de Contas do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Em seguida foram relatados pelo Senhor Deputado Antonio Belinatti os seguintes processos: Proposição n.º 1-72, Prestação de Contas do Deputado Aguinaldo Pereira Lima pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.976,68 (Vinte e nove mil, novecentos e setenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 21,00 (Vinte e um cruzeiros), a recolher a importância de Cr\$ 2,32 (Dois cruzeiros e trinta e dois centavos), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros) referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 2-72, Prestação de Contas do Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.963,12 (Vinte e nove mil, novecentos e sessenta e três cruzeiros e doze centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 36,88 (Trinta e seis cruzeiros e oitenta e oito centavos), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros) referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 3-72, Prestação de Contas do Deputado Arizone Mendes Araújo pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.759,50 (Vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros e cinquenta centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 88,50 (Oitenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), a recolher Cr\$ 152,00 (Cento e cinquenta e dois cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros) referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 4-72, Prestação de Contas do Deputado Cândido Martins de Oliveira pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.847,00 (Vinte

e nove mil, oitocentos e quarenta e sete cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 145,00 (Cento e quarenta e cinco cruzeiros), a recolher Cr\$ 8,00 (Oito cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 5-72, prestação de contas do Deputado Domicio Scaramella pela verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.990,00 (Vinte e nove mil, novecentos e noventa cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 2,00 (Dois cruzeiros), a recolher Cr\$ 8,00 (Oito cruzeiros), totalizando a importância de Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 6-72, prestação de contas do Deputado Erondy Silvério pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.928,50 (Vinte e nove mil, novecentos e vinte e oito cruzeiros e cinquenta centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 65,00 (Sessenta e cinco cruzeiros), a recolher Cr\$ 6,50 (Seis cruzeiros e cinquenta centavos), totalizando a Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 7-72, prestação de contas do Deputado Francisco Escorsin pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.994,00 (Vinte e nove mil novecentos e noventa e quatro cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 6,00 (Seis cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 8-72, prestação de contas do Deputado Fuad Nacli pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.848,49 (Vinte e nove mil, oitocentos e quarenta e oito cruzeiros e quarenta e nove centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 7,51 (Sete cruzeiros e cinquenta e um centavos), a recolher Cr\$ 144,00 (Cento e quarenta e quatro cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 9-72, prestação de contas do Deputado Gabriel Manoel pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.986,00 (Vinte e nove mil, novecentos e oitenta e seis cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 5,00 (Cinco cruzeiros), a recolher Cr\$ 9,00 (Nove cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 10-72, prestação de contas do Deputado Hélio Manfrinatto pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.904,95 (Vinte e nove mil, novecentos e quatro cruzeiros e noventa e cinco centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 38,50 (Trinta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), a recolher Cr\$ 56,55 (Cinquenta e seis cruzeiros e cinquenta e cinco centavos), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 11-72, Prestação de Contas do Deputado Jorge Sato pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.540,00 (Vinte e nove mil, quinhentos e quarenta cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 460,00 (Quatrocentos e sessenta cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 12-72, prestação de contas do Deputado Leopoldo Jacomel pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.945,00 (Vinte e nove mil, novecentos e quinze cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 75,00 (Setenta e cinco cruzeiros), a recolher Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 13-72, prestação de contas do Deputado Nelson Buffara pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.985,00 (Vinte e nove mil, novecentos e oitenta e cinco cruzeiros), devendo ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 14-72, prestação de contas do Deputado Odilon Reinhardt pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.981,10 (Vinte e nove mil, novecentos e oitenta e um cruzeiros e dez centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 4,90 (Quatro cruzeiros e noventa centavos), a recolher Cr\$ 14,00 (Quatorze cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 15-72, prestação de contas do Deputado Paulo Camargo pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.999,50 (Vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove cruzeiros e cinquenta centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 0,50 (Cinquenta centavos), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 16-72, prestação de contas do Deputado Paulo Poli pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.635,00 (Vinte e nove mil, seiscentos e trinta e cinco cruzeiros), devendo ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 365,00 (Trezentos e sessenta e cinco cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 17-72, prestação de contas do Deputado Wilson Brandão pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.758,00 (Vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e oito cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 6,00 (Seis cruzeiros), a recolher Cr\$ 236,00 (Duzentos e trinta e seis cruzeiros) totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 18-72, prestação de contas do Deputado Wilson Fortes pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 19-72, prestação de contas do Deputado Emilio Carazzai pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 28.103,00 (Vinte e oito mil, cento e três cruzeiros), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 451,00 (Quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros), a recolher Cr\$ 1.446,00 (Um mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 21-72, prestação de contas do Deputado Quilise Crisóstomo da Silva pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.900,00 (Vinte e nove mil e novecentos cruzeiros), devendo ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Proposição n.º 22-72, prestação de contas do Deputado Ivo Thomazoni pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$ 29.958,50 (Vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 14,50 (Quatorze cruzeiros e cinquenta centavos), a recolher Cr\$ 27,00 (Vinte e sete cruzeiros), totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Parecer favorável APROVADO. Proposição n.º 20-72, prestação de contas do Deputado Antonio Belinatti pela Verba de Assistência Social, na importância de Cr\$

29.997,65 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzeiros e sessenta e cinco centavos), tendo sido recolhido ao Tesouro Geral do Estado a importância de Cr\$ 1,50 (Um cruzeiro e cinquenta centavos), à recolher Cr\$ 0,85 (Oitenta e cinco centavos) totalizando Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1971. Relator Deputado Pinto Dias, parecer favorável APROVADO. A seguir o Senhor Deputado Antonio Belinatti solicitando a palavra propôs, o encaminhamento de uma relação das contas aprovadas à Tesouraria desta Assembléia, com a finalidade de ser dado baixa da responsabilidade dos senhores deputados, posta em votação a proposição foi aprovada. Solicita a palavra o senhor Deputado Francisco Es-

corsin, propondo que sejam transformadas em Resolução, as proposições ora aprovadas, colocada em votação foi a proposição aprovada. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Alberto Carazzai Neto, secretário, lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme, será por mim pelo Senhor Presidente de mais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em

a) LEOPOLDO JACOMEL — Presidente

a) ALBERTO CARAZZAI NETO — Secretário